

I Semestre/2005 – ano I Revista Comemorativa CEERT 1990 a 2005 – São Paulo -SP



CEERT 15 anos

**DIREITO • LIBERDADE DE CRENÇA •
POLÍTICAS PÚBLICAS • EDUCAÇÃO • SAÚDE
• TRABALHO • JUVENTUDE**

15 Anos
CEERT





Prédio do CEERT

PSICÓLOGOS, JURISTAS, EDUCADORES, SOCIÓLOGOS, ASSISTENTES SOCIAIS EM AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE DE RAÇA E DE GÊNERO

Assessoria órgãos governamentais, instituições privadas e movimentos sociais nas áreas de formação política, capacitação de pessoal e produção de materiais educativos.

Nossa metodologia de trabalho

Na metodologia de intervenção desenvolvida pelo CEERT, a ação e a reflexão estruturam-se em torno de um eixo organizativo, inspirado em pesquisa-intervenção. A conjugação de estratégias e recursos, de ações experimentais e de sistematização, é definida por mecanismos criados na discussão interna, e pelas relações de cooperação, por meio de parcerias. Como referência, apresentam-se sugestões metodológicas para a implementação de políticas, em projetos de governo, municipais, estaduais ou de outros setores públicos, resultantes de experiência organizacional de atuação em várias regiões.

Criado em 1990, o CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – é uma organização não-governamental que produz conhecimento, desenvolve e executa projetos voltados para a promoção da igualdade de raça e de gênero.

Contando com uma equipe de psicólogos, juristas, educadores, sociólogos, assistentes sociais e gestores de pessoal, o CEERT faz diagnósticos, elabora e implementa programas de promoção de igualdade racial em sindicatos, escolas, empresas e órgãos públicos.

Desenvolve os principais projetos nas áreas de acesso da população negra à justiça, ao direito de igualdade racial, à liberdade de crença, de implementação de políticas públicas, de educação, saúde e relações de trabalho.

O princípio da temática transversal muitas vezes não garante, nas instituições, a prioridade de investimentos, dentre as diversas demandas institucionais. Desta forma, as ações focalizadas, sem estruturação própria no planejamento financeiro e administrativo, acabam permanecendo no estrito nível discursivo das formulações “politicamente corretas”. A experiência mostra a busca de garantias de eficácia, com programas locais, cuja concepção, execução e reedição sejam pautadas em critérios num contexto favorável de qualidade, construídos pelos grupos e setores sociais neles envolvidos. Uma vez explicitadas, essas

continua na 3ª capa



	5	15 anos de idéias e sonhos Maria Aparecida Silva Bento e Equipe do CEERT
	7	Programa de Políticas Públicas
	9	A construção da subjetividade, educação racial e possíveis intervenções Entrevista com Maria Aparecida Silva Bento
	11	Programa de Direito
	15	Ideologia e política na negação da problemática racial Entrevista com Hédio Silva Júnior
	17	Transparência e ética na administração Entrevista com Mário Rogério Bento e Shirley dos Santos
	19	O CEERT no tempo
	23	Programa de Liberdade de Crença
	27	Programa de Educação
	31	Programa de Saúde
	35	A importância da autoclassificação na coleta do quesito cor Entrevista com Edna Muniz de Souza
	37	Programa de Trabalho e Diversidade
	41	Programa da Juventude

**EQUIPE CEERT****Diretoria****Maria Aparecida Silva Bento**

Doutora em Psicologia pela USP e co-fundadora.

Coordenação**Cristina Teodoro Trinidad**

Mestre em pedagogia pela PUC-SP e coordenadora de projetos

Edna Muniz de Souza

Mestranda em Psicologia Social pela PUC-SP, assistente social e psicóloga especialista em saúde do trabalhador e coordenadora do programa de saúde

Júlia Rosemberg

Psicóloga pela PUC-SP e consultora no programa de Educação

Shirley dos Santos

Psicóloga e coordenadora geral administrativa

Equipe técnica**Chindalena Ferreira Barbosa**

Graduanda em Letras pela PUC-SP e estagiária do programa de Saúde

Daniel da Silva Bento Teixeira

Graduando em Direito pela PUC-SP e consultor jurídico

Daniela Fagundes Portela

Pedagoga pela USP e consultora

Heléia de Paula Ribeiro

Assistente administrativo

Jucelino Alves Avelino

Graduando em Publicidade pela

Anhembí/Morumbi e auxiliar administrativo

Kátia Regina das Silva

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário – FIEO, advogada e consultora jurídica

Mafoane Odara Poli Santos

Psicóloga pela USP, bolsista da Fundação Carlos Chagas, consultora e pesquisadora

Maria Elisa Ribeiro

Auxiliar administrativo

Mércia Consolação

Mestre em Ciências Sociais pela USP, pesquisadora do Observatório Social das Empresas e consultora no programa de Trabalho

Myriam Chinalli

Psicanalista, editora de livros e consultora

Patrícia Santos Jesus

Assistente administrativa

Roseli Pereira

Assistente administrativo

Equipe MVR**Diretor****Mário Rogério Silva Bento**

Mestrando em Sociologia pela PUC-SP, sócio-gerente

Equipe técnica**Ângela Barbosa Cardoso**

Graduanda em psicologia pela UNIP e assistente de Recursos Humanos

Boaventura Martins Sebastião

Estudante pré-universitário, auxiliar contábil e administrativo

Daniela Martins Pereira

Graduanda em Psicologia pela USF-SP e coordenadora administrativa

Edison da Silva Cornélio

Analista de Sistemas

José Augusto Siqueira

Contador

Sônia Maria Rocha

Auxiliar financeiro

EQUIPE EDITORIAL**Coordenação editorial e edição de textos**

Maria Aparecida da Silva Bento e

Myriam Chinalli

Redatores

Cristina Teodoro Trinidad, Daniel da Silva Bento Teixeira, Edna Muniz de Souza, Júlia Rosemberg, Mafoane Odara, Myriam Chinalli

Revisão técnica e de textos

Daniel da Silva Bento Teixeira

Pesquisa iconográfica

Jucelino Alves Avelino

Fotografias utilizadas no miolo

Acesso do CEERT

Fotos de Gal Opido

Fragmentos de imagens extraídos de *Arte da África – Obras-primas do Museu Etnológico de Berlim*, Rio de Janeiro, Centro Cultural Banco do Brasil, 2004

15 anos de idéias e sonhos

A *Revista CEERT 15 Anos* é um retrato dos frutos de produtivos anos de trabalho do CEERT – Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades, no campo das relações raciais e de gênero do Brasil.

A publicação chega em excelente momento. Primeiro, por fazer parte do catálogo de ações planejadas e implementadas pelo movimento negro, cujas organizações e ativistas vêm protagonizando uma mudança estrutural nas políticas públicas e privadas do país, conferindo efetividade para as aspirações do Estado Democrático de Direito, sobretudo para o princípio da igualdade e da dignidade humana, ambos valores essenciais de nossa Carta Constitucional. Além disso, ela brinda o 15º aniversário de nossa instituição, reconstituindo nossas principais ações, da gênese até o momento atual.

Essa celebração, com tantos desafios e vitórias, não seria possível, não fosse o grande empenho da equipe do CEERT e a cumplicidade de nossos tantos parceiros ao longo desses anos. Esses pares sempre acreditaram no potencial e na excelência de um grupo de ativistas e pesquisadores negros que se iniciava em agosto de 1990, muitas vezes sem saber que a contribuição desses pesquisadores e de muitos outros que a eles se somaram, para a produção de conhecimento e de ações práticas, repercutiria positivamente em tantas e diferentes searas, e não só na área do trabalho, a qual de início se propuseram a desbravar.

Hoje, a dimensão interdisciplinar norteia os trabalhos do CEERT, o que se constata pelos projetos desenvolvidos e pelo currículo de cada pessoa da equipe.

Temos nos esforçado, ainda, para acompanhar os novos desafios que se interpuseram na jornada da população negra por igualdade de oportunidades e de

tratamento. Como exemplo, podemos citar o anseio das religiões afro-brasileiras por liberdade de crença e a demanda da juventude negra pelo respeito aos seus direitos e à sua capacidade propositiva.

Desejamos que, com a *Revista CEERT 15 Anos*, você conheça o trabalho de tantas pessoas que já estiveram ou que ainda estão no CEERT, costurando idéias e sonhos e os implementando, pouco a pouco, durante 15 anos. Que venham outros promissores 15 anos!

Maria Aparecida Silva Bento e Equipe do CEERT

A fala dos parceiros do CEERT

Neide Aparecida Fonseca

Presidenta do INSPIR

Era 1992, o CEERT, ainda uma criança, dava os primeiros passos, quando o conhecemos. Apesar da idade, dava passos tão firmes e resolutos, que mais pareciam os de um adulto.

E foi nesse ano que alguns dirigentes negros do movimento sindical cutista, guiados pelas mãos dessa entidade recém-nascida, deu o maior passo da história do movimento sindical brasileiro: encaminhar para a OIT o relatório sobre o descumprimento da Convenção 111.

Graças à aliança entre o movimento sindical, o CEERT e o movimento negro, começa-se a reescrever a história da classe trabalhadora sob a ótica racial.

Lá se vão 13 anos de parceria. O CEERT é agora um jovem adolescente rebelde, como todos nessa idade são. É por conta dessa rebeldia e ousadia, próprias da idade, que o CEERT, com seus diversos projetos e programas, tem dado uma contribuição inestimável à causa negra nesse país, chamado Brasil.

Não há espaço em que a questão racial esteja inserida que não tenha tido a participação do CEERT em algum momento. Seja no mundo do trabalho – e o INSPIR é prova disso –, seja na área da educação, ou do direito, no âmbito das empresas públicas ou privadas, seja no âmbito do Estado ou do município, e mesmo em nível Federal, o CEERT, com seu corpo de profissionais competentes, está sempre atuando, enfrentando os desafios.

Parabéns, CEERT, pelos seus 15 anos. Uma entidade que nasceu vocacionada para contribuir na implementação da igualdade de oportunidades e de tratamento, propondo-se a discutir não somente a questão da negritude, mas também da branquitude, é realmente uma entidade ousada, atrevida. Sorte nossa que temos uma entidade desse porte, dirigida tão firme e eticamente em seus propósitos. Tem sido um orgulho caminhar com todos e todas que compõem o CEERT.



PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS



CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES
DE TRABALHO E DESIGUALDADES

A democratização da informação sobre cor encerra uma questão de natureza essencialmente político-ideológica, pois não há como implementar políticas eficazes de promoção da igualdade racial sem essa informação. A ausência da coleta da cor conferiria neutralidade aos dados das pesquisas e estudos, como se todos os brasileiros – brancos e negros – experimentassem da mesma forma a educação, a saúde, o trabalho, os salários, a natalidade, a mortalidade e os direitos de cidadania.

NOSSA PRESENÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Compromissos contra o racismo

Se a cor aparece como dado, há uma súbita revelação de quão diferente são as trajetórias de cada grupo, demonstrando-se intensa desigualdade. Dessa forma, a introdução do quesito cor implica tocar numa ferida exposta e exige um cuidadoso trabalho de sensibilização e comprometimento dos atores, difusão de informação, campanhas pedagógicas, trabalhos direcionados para o coletor/entrevistador, o respondente/declarante, bem como o acompanhamento da coleta, o monitoramento do dado coletado, a avaliação sistemática, etc.

Desde o início de 1995, em parceria com diferentes organizações da sociedade civil e governamentais, o CEERT

vem desenvolvendo ações para a implementação do quesito cor. Esse trabalho está inserido num contexto de desdobramentos da vigorosa atuação do movimento negro, da qual destacamos o documento exigindo a implementação de políticas públicas voltadas para a população negra, entregue à presidência da república em 1995, por ocasião da Marcha “Zumbi dos Palmares pela vida”, e os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro em 2001, na “III Conferência Mundial contra o racismo” na África do Sul, na qual o Brasil se comprometeu a incluir o quesito cor nos cadastros das instituições públicas e privadas.

Prefeitura do Município de Belo Horizonte, onde ocorreu o Projeto Oportunidades Iguais para Todos.



NOSSA TRAJETÓRIA

1995 – Projeto “Oportunidades Iguais para Todos”

Com a finalidade de implementar a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Prefeitura de Belo Horizonte assinou convênio com o CEERT em fins de 1995, dando início a um programa voltado para o diagnóstico das desigualdades de raça que pudesse orientar a elaboração de políticas de promoção da igualdade, bem como estimular a valoração positiva da diversidade étnico-racial.

1999 – Projeto Gestão Local, Empregabilidade e Equidade de Gênero e Raça: Uma Experiência de Política Pública na Região do ABC Paulista

O projeto foi realizado entre dezembro de 1999 a março de 2003 e contou com a parceria da Prefeitura Municipal de Santo André – PMSA; do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP; da Elisa-

beth Lobo Assessoria, Trabalho e Políticas Públicas – ELAS; do Instituto de Governo e Cidadania do ABC e com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e da Organização Internacional do Trabalho – OIT

O principal objetivo foi desenvolver diagnóstico e metodologia em parceria com atores locais bem como processos de capacitação de gestores, sensibilizando-os e mobilizando-os para a elaboração de programas e ações especialmente orientadas para mulheres e negros, bem como implementar o Quesito Cor/Raça na Central de Trabalho e Renda ligada a Prefeitura do Município de Santo André.

2003 – Formação para a Implantação/Implementação do Quesito Cor nas Secretarias da Prefeitura do Município de Santo André

Esse projeto é um dos desdobramentos do projeto descrito anteriormente e propiciou a continuidade da implementação do quesito cor/raça em formulários de cadastramento de secretarias da Prefeitura de Santo André que não haviam participado do primeiro processo finalizado em 2003.

2004 – O Impacto da Inclusão das Variáveis de Raça e Gênero nas Políticas Sociais Redistributivas e Emancipatórias de São Paulo

A primeira fase desse projeto foi realizada de maio a setembro de 2004, no âmbito da Prefeitura do Município de São Paulo por

meio de programas sociais, redistributivos (Renda Mínima, Bolsa Trabalho e Começar de Novo) e emancipatórios (Oportunidade Solidária e São Paulo Confia).

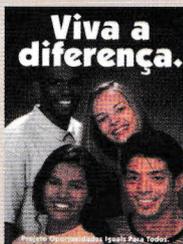
Em termos gerais, o projeto objetivou:

- Aprofundar a capacidade da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS/PMSP) de diagnosticar o corte racial e de gênero nos programas redistributivos e emancipatórios;
- Desenvolver junto à SDTS/PMSP uma metodologia que possibilitasse introduzir o quesito cor nos formulários de cadastrados dos beneficiários dos programas redistributivos e emancipatórios, visando implementar políticas públicas direcionadas especificamente para as mulheres e negros. São planos da segunda fase desse projeto:
 - Implantar o quesito cor no sistema de informações da secretaria, a partir das categorias de coleta de cor utilizadas pelo IBGE, por meio da autotranscrição.
 - Mapear e analisar os instrumentos de avaliação dos impactos das políticas de inclusão social, desenvolvidas para a população negra residente em São Paulo, incluindo ou aperfeiçoando o corte de raça e de gênero.
 - Elaborar um estudo das trajetórias dos beneficiários das políticas de inclusão social que se declararam negros durante o cadastramento de 2001-2002, ressaltando os dados sobre trabalho e condição sócio-econômica.

Nossas publicações na área



Livros



Folder



Boletim



A democratização do quesito cor implica tocar numa ferida exposta e exige um cuidadoso trabalho de sensibilização e comprometimento dos atores, difusão de informação, campanhas pedagógicas, trabalhos direcionados para o coletor/entrevistador, o respondente/declarante.



A construção da subjetividade, educação racial e possíveis intervenções

Entrevista com
Maria Aparecida Silva Bento

ostaria que as instituições fossem educadas para serem mais éticas, para respeitarem a cidadania de todos os povos.” A psicóloga Maria Aparecida da Silva Bento olha para o horizonte, ao falar de seus projetos e de suas dificuldades, vividos desde a fundação do CEERT, em 1990.

Doutora em Psicologia da Personalidade, do Desenvolvimento e da Aprendizagem pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Cida Bento é co-fundadora e coordenadora geral do CEERT. Vem dedicando seus estudos a mostrar as contradições da sociedade contemporânea que, por um lado, promove certos avanços ao tratar da temática racial e, por outro, condena a população negra à invisibilidade, a empregos subalternos, à exclusão de direitos e à violência.

Atuante no movimento negro desde os anos oitenta, Cida Bento escreveu ou participou de quase uma dezena de livros sobre o racismo brasileiro. Em entrevista à Revista CEERT 15 Anos, a intelectual falou sobre os problemas da juventude e as dificuldades dos negros no mercado de trabalho.

Revista CEERT 15 Anos – Qual é o quadro das relações raciais no Brasil nos últimos 15 anos?

Cida Bento – Trata-se de uma questão paulatinamente debatida, que ganha cada vez mais visibilidade, acompanhada de uma institucionalização crescente. O tema está entrando na educação, nas prefeituras, mas ainda há pouca alteração nas estatísticas comparativas da situação de negros e brancos. Constatamos uma forte resistência institucional ao debate desse tema. Há avanços e recuos. O principal nesse momento é a mudança da situação do negro. Uma questão preocupante é a crescente violência policial, embora a sociedade esteja cada vez mais ciente disso. Alguns programas governamentais, tanto no âmbito federal quanto no estadual, não deram certo. Outra área muito problemática é o mercado de trabalho. Nesse campo, não ocorre a inserção respeitosa dos negros, o que provoca uma série de efeitos negativos em várias dimensões

da vida dessa população, que representa quase 50 % do povo brasileiro.

Revista CEERT 15 Anos – Em que contexto o CEERT foi criado há 15 anos? Quais as primeiras ações da instituição? Por quê?

Cida Bento – O CEERT foi criado há 15 anos. Iniciamos nosso trabalho no Conselho da Comunidade Negra Estadual, na área de mercado de trabalho. Tínhamos como tarefa trazer o debate sobre a desigualdade racial no trabalho para o movimento sindical, para empresas e para o poder público. Tivemos intensa atuação nesse período: produzimos vídeo, organizamos debates, produzimos material. Com o tempo, a tensão da relação dentro do Estado cresceu, devido a nosso contato com as centrais sindicais. Percebemos que teríamos mais autonomia numa ONG. Então, o CEERT nasceu com a idéia de fazer uma interferência na área de mercado de trabalho, realizando pes-

quisas sobre a situação do trabalhador negro, os mecanismos de discriminação das empresas, a maneira como o Estado estava lidando com isso e como o movimento sindical incorporava ou não essa questão nas suas pautas. A partir dessas demandas, passamos a produzir material, desenvolver metodologias para levantar o debate e criar condições para surgirem propostas de mudanças nessas áreas: Estado, movimento sindical e empresas.

Revista CEERT 15 Anos – Qual é a linha condutora do trabalho do CEERT nesses 15 anos? E que balanço você faz desse trabalho?

Cida Bento – Nossa linha condutora pretende sempre fazer um esforço para continuar pesquisando, para que nosso trabalho não represente só um “ativismo”. Queremos sempre investigar a realidade e desenvolver programas de intervenção, considerando nosso olhar, nossa perspectiva. A produção de conhecimento e de materiais sempre foi presente nessas ações. O trabalho do CEERT está marcado por uma ação institucional que sempre envolveu negros e brancos. Dessa forma, enfrentamos o debate com grupos mistos. Isso tem uma característica diferente, pois temos que aprender a lidar com o branco e com a tensão que se dá na relação entre brancos e negros dentro de instituições das quais não somos parte. Então, tomamos todos os cuidados para que nossa ação promova avanços. Desenvolvemos me-

todologias que têm sido utilizadas por outras instituições, que, muitas vezes, as melhoram, aprimoram. Colaboramos na formação de pessoas, que utilizaram material do CEERT para dar um salto teórico em diversas áreas. Trabalhos sobre educação, mercado de trabalho, direito, inspiraram as pessoas.

Revista CEERT 15 Anos – Na sua opinião, qual é o maior desafio hoje para o CEERT?

Cida Bento – A meu ver, nosso maior desafio é compartilhar cada vez mais o aprendizado do CEERT, seja formando multiplicadores ou produzindo metodologia. É importante também distinguir cada vez mais o papel que ele ocupa do lugar de outras instituições como, por exemplo, o Estado. O CEERT não faz parte do Estado, do poder público. Nesse sentido, a formação de multiplicadores e o desenvolvimento de metodologias, de conteúdos, são prioritários para nós. Ampliar nosso diálogo com jovens negros também é interessante, uma força importante para a continuação da luta. A captação de recursos é outro tema muito difícil. Trata-se de ampliar nosso diálogo na sociedade. Precisamos apoiar os membros do CEERT em seus estudos, no aprofundamento que podem ter a partir da universidade, apoiar os bolsistas, os candidatos a mestrados, doutorados, os que estão propondo projetos. A instituição deve dar respaldo para isso, acompanhar esses processos, fortalecer as pessoas. Quem produz conhecimento

tem que fazer isso sempre. E continuar sempre conectado com o movimento negro, do qual somos parte, herdeiros, seguidores e protagonistas.

Revista CEERT 15 Anos – Se você pudesse imaginar o CEERT no contexto das relações raciais no Brasil daqui a 15 anos, como seria? Como você gostaria que fosse?

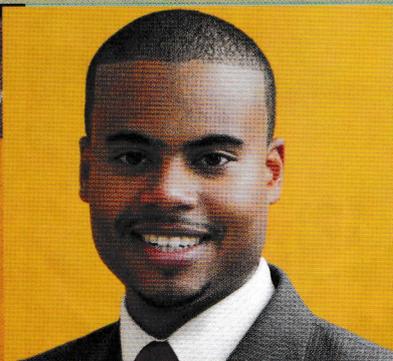
Cida Bento – Eu gostaria que os jovens que circulam no entorno do CEERT, que as pessoas que estão desenvolvendo projetos ocupassem lugares dentro do CEERT ou em instituições que estivessem lutando pela ampliação dos direitos do povo negro. Gostaria que as instituições fossem educadas para serem mais éticas, para respeitarem a cidadania de todos os povos. Gostaria que os negros pudessem ter mais espaço na mídia que, por sua vez, já estaria mais educada, mais aberta para esse tema. Gostaria que o CEERT estivesse inserido numa sociedade em que ele, como tantas outras organizações que trabalham com o tema da desigualdade, tivesse mais voz e visibilidade, numa sociedade que pudesse abrir espaço para ouvir mais, para incorporar novas idéias, novos atores com outras perspectivas. Gostaria que o CEERT pudesse avançar na relação internacional, principalmente com a África, com a América Latina, mas de maneira muito cuidadosa, não apenas para estar circulando, mas para estabelecer trocas de aprendizagem com outros parceiros. Sempre fomos muito focados, com nossos pés fincados aqui no Brasil, com limitações no intercâmbio. Agora temos solidez para trocar, receber, dar, para sair um pouco dos lugares em que sempre estivemos e realizar parcerias com outros atores sociais.



PROGRAMA DE DIREITO



CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES



O Programa Direito e Relações Raciais do CEERT investe prioritariamente na produção de conhecimento, na capacitação de operadores do direito e no ajuizamento de ações emblemáticas. As duas dimensões do direito à igualdade (não-discriminação e promoção da igualdade racial) têm sido o principal horizonte da atuação jurídica.

Ações históricas

Em 1996, o governo brasileiro, ao se reportar à Organização das Nações Unidas, reconheceu a existência em larga escala de práticas racialmente discriminatórias que incidem nas relações intersubjetivas, no mercado de trabalho, no sistema educacional e em vários outros setores.

O debate em torno da discriminação nessas áreas e das ações afirmativas a elas relacionadas, além da questão do acesso à justiça, tão fundamental para a população negra brasileira, demandou a participação do CEERT em uma variada gama de eventos jurídicos, além do engendramento de diferentes projetos da instituição nessa seara.

Dois importantes marcos foram as publicações dos livros *Anti-racismo – coletânea de leis brasileiras (federais, estaduais, municipais e Direito de igualdade racial: aspectos constitucionais, civis e penais*, que vêm recebendo boa aceitação no mercado editorial jurídico.

NOSSA PRESENÇA NO DIREITO

Direito de Igualdade Racial

A inefetividade quanto à aplicação da legislação anti-racismo e de promoção da igualdade racial reflete uma resistência do Poder Judiciário, seja por razões de natureza ideológica (muitos acreditam no mito da democracia racial), seja por falta de conhecimento razoável acerca do aparato normativo de combate à discriminação racial (especialmente a legislação internacional).

Ressalvadas as honrosas exceções, como nos ensina o professor Hédio Silva Júnior, os exercícios de interpretação das normas concernentes à discriminação racial primam por uma indisfarçável tendência para retirar-lhes a eficácia, de modo que, via de regra, o ato de inter-

pretação termina degenerando em ato de negação da lei.

É importante lembrar que a dimensão empírica, factual, do direito à igualdade revela flagrante violação de pelo menos dois de seus conteúdos jurídicos fundamentais: igualdade na fruição de direitos e igualdade na aplicação da lei.

Assim, a norma jurídica deve possuir, além de caráter repressivo, de combate à discriminação, outro traço fundamental relativo ao condicionamento de comportamentos: a prescrição de incentivos para a promoção da igualdade, buscando evitar a ocorrência da discriminação e adotando o princípio aristotélico da justiça distributiva.

NOSSOS DESAFIOS



Para entender os desafios da área jurídica, é necessário antes ter em mente um dos principais problemas que se colocam hoje ao país, do ponto de vista da temática racial: a transformação do modelo de relações étnicas atualmente vigente, que persiste privilegiando a branquitude, em outro que propicie igualdade de distribuição e fruição de direitos.

As ações do movimento negro vêm surtindo efeitos nos mais diversos âmbitos, o que pode ser observado em nossas relações cotidianas. Entretanto, é necessário traduzirmos essa evolução em igualdade de direitos, formal e materialmente.

Nosso principal desafio, portanto, é pensar o direito como encorajamento, como técnica persuasiva, ou seja, como estímulo para que a pessoa, física ou jurídica, não venha a discriminar. O CEERT propõe a concepção de que não se deve recorrer ao direito somente depois que o indivíduo ou a instituição já discriminou, pois o uso do instrumental jurídico propicia muitos recursos de prevenção.

Para isso, se faz necessário o desenvolvimento de um número cada vez maior de instrumentos preventivos, de promoção da igualdade racial, evitando-se reduzir a eficácia das políticas públicas e privadas meramente ao aspecto repressor da discriminação já ocorrida ■

A fala dos parceiros do CEERT

Denise Dora
Human Rights Program Officer
Ford Foundation/Brazil
www.fordfound.org/riodejaneiro

Conheço o CEERT praticamente desde a sua fundação, no início dos anos 90, e tenho grande consideração por essa organização estável e madura, com notável capacidade de estar aberta e de se renovar.

Além do respeito pela organização e por seus programas, tenho admiração individual por seus coordenadores e membros, em especial por Hedio Silva e Mário Rogério, bem como uma verdadeira amizade por Cida Bento.

Para a Fundação Ford é uma honra ter o CEERT como parceiro no seu Programa de Direitos Humanos no Brasil.



“A dimensão empírica, factual, do direito à igualdade revela flagrante violação de pelo menos dois de seus conteúdos jurídicos fundamentais: igualdade na fruição de direitos e igualdade na aplicação da lei.”

Ideologia e política na negação da problemática racial

racismo não é um problema individual, mas que faz parte do campo ideológico, político, educacional, cultural, da sociedade brasileira. Traçando um raio X da problemática racial, Hédio Silva Júnior nos falou da revolução silenciosa que o movimento negro tem feito, a partir da qual não é possível retroceder.

As idéias que o professor doutor Hédio Silva Júnior, nome fundamental do direito brasileiro, defende desde os anos 70, resultam de uma intensa militância no movimento sindical, de suas pesquisas na área de direitos humanos, de sua docência universitária e de sua atuação na OAB. Assumindo o cargo de Secretário de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania em abril de 2005, Hédio se comprometeu mais uma vez com a modificação do quadro de desigualdades que atinge a população negra – tema que ele aborda em seus seis livros publicados.

A seguir, Hédio nos fala em primeira pessoa de sua experiência como co-fundador do CEERT e das perspectivas de atuação do movimento negro e das ONGs negras.

Revista CEERT 15 Anos - Qual o quadro das relações raciais no Brasil, nesses últimos 15 anos?

Hédio Silva Júnior – É um quadro de sucessivas conquistas do movimento

negro brasileiro, em vários campos. No campo ideológico, demonstra para a opinião pública a relevância, a gravidade, a complexidade, da discriminação racial e do racismo no Brasil. Houve um avanço na estruturação das entidades do movimento negro, com a formação de uma elite intelectual negra poderosa, do ponto de vista da produção de conhecimento, da disputa da opinião pública, a inserção da questão do racismo na agenda dos Direitos Humanos no Brasil, na agenda do Poder Legislativo na agenda do Poder Judiciário e realizações efetivas por parte de determinados órgãos do governo, em termos de implementação de políticas de ação afirmativa. No plano internacional, o movimento negro tem sido capaz de criar uma rede de intercâmbio, de cooperação, e hoje se relaciona com importantes entidades negras da Europa, dos EUA e da África. E, por fim, a emergência do voto racial, na medida em que a população negra, cada vez mais fica atenta aos candidatos negros, vota em candidatos negros ou candidatas negras. O movimento negro deve caminhar nos próximos anos para a construção de uma organização ne-

gra nacional, que é a nossa lacuna, que galvanize uma energia hoje presente nas mais variadas formas de expressão nas lutas contra o racismo no Brasil, seja no plano da militância negra, dos partidos políticos, nas instituições, nas empresas, na academia.

Revista CEERT 15 Anos – O que você identifica como pioneirismo no trabalho do CEERT?

Hélio Silva Júnior – Primeiro a ousadia de uma organização que se autodenominou um Centro de Estudos, independente das universidades.

A criatividade também foi um atributo desses 15 anos, um predicado muito patente: explorar temas que, por uma razão ou outra, não estavam tão rigorosamente contemplados na agenda do movimento negro, mas que considerávamos como áreas importantes.

Identifico outros aspectos pioneiros: estabelecer uma ponte entre movimento negro e movimento sindical; o diálogo com o setor empresarial; o trabalho e o investimento na área de capacitação, treinamento, qualificação, aperfeiçoamento, de quadros do movimento negro brasileiro; o enfoque muito original para educação, tomando a educação como política pública que envolve uma leitura do sistema educacional, e não apenas da escola, que muitas vezes é uma armadilha por considerar o papel da educação no modelo brasileiro de relações raciais tão somente contemplando a escola como produtora de desigualdades raciais.

Revista CEERT 15 Anos - Quais as principais dificuldades enfrentadas pelo CEERT ao longo desses 15 anos? E de que forma elas foram superadas ou minimizadas?

Hélio Silva Júnior – Houve uma resistência muito grande de certos setores da academia por sermos um centro produtor de conhecimento autônomo, algumas incompreensões de uma parcela minoritária do movimento negro brasileiro, que diziam que o CEERT estava instrumentalizando o sindicalismo. Mas o maior desafio, e que vai ocorrer por muito tempo, é a formação de quadros. Nesses anos todos, muita gente boa passou pelo CEERT, aprendeu conosco e hoje está cada um no seu lugar tentando contribuir.

Talvez o principal desafio foi sair de uma leitura sensorial e intuitiva do que seria o papel de uma ONG para construir um pensamento organizado sobre isso.

Sempre tivemos muito preocupados com a informação, com o conhecimento, com a pesquisa. Hoje, ainda, levamos em conta a intuição, mas não somos mais movidos por ela, como há 15 anos.

Revista CEERT 15 Anos - O que você diria para as ONGs que trabalham com a temática racial sobre um possível caminho de desenvolvimento sustentável, atuação e intervenção?

Hélio Silva Júnior – Chamaria atenção para dois aspectos: a agenda da luta contra o racismo no Brasil mal foi aberta nesses anos. O historiador que avaliar nosso período daqui a cem anos, que estudar a atuação do movimento negro nesse período, vai ver que estávamos



inaugurando uma leitura das relações raciais no Brasil, inaugurando uma ação social rigorosa nesse campo. Ainda carecemos de compreensão satisfatória do fenômeno do racismo no Brasil, do ponto de vista teórico, e do ponto de vista pragmático. Destaco a luta permanente pela inovação e uma atuação eficaz em termos administrativos: o restante é talento, tato, habilidade das ONGs.

Revista CEERT 15 Anos - Se você pudesse imaginar o CEERT e o contexto das relações raciais no Brasil daqui a 15 anos, como eles seriam, ou como você gostaria que fossem?

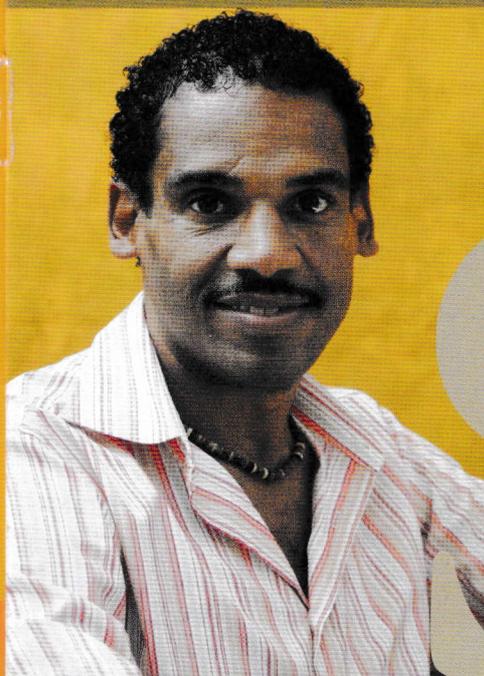
Hélio Silva Júnior – O CEERT vai se dedicar daqui pra frente a empregar a competência que criamos para formar lideranças políticas do e para o movimento negro. Vai consolidar uma atuação no plano nacional e, ainda, desempenhar um papel muito especial na preparação de líderes capazes de ocupar e de assumir a implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial, mas também líderes capazes de ocupar espaço no aparelho de Estado.

Nesse tempo, digamos assim, de pureza, acredito que esteja nítida essa vocação que o CEERT tem como centro de formação de líderes. Os meninos que estão vindo, nossos sucessores, vão ter à disposição deles um acúmulo, vão encontrar um país menos problemático do ponto de vista de aceitação do debate e da identidade negra. Essa geração vai ocupar um espaço importante e vai disputar o poder. Sou muito otimista com o futuro do CEERT.



Transparência e ética na administração

Entrevista com
Mário Rogério Bento e Shirley dos Santos



Sempre defendendo a ética e a transparência nos programas que cria e acompanha, a administração do CEERT desenvolve uma gestão desafiadora, como é comum no terceiro setor. O escasso apoio institucional nos projetos produzidos em parceria com o Estado e com empresas privadas, deixam sempre uma lacuna nos custos necessários para garantir capacidade na gestão, soluções práticas e eficientes para os desafios que se colocam cotidianamente à instituição.

Estão à frente da administração do CEERT os consultores Mário Rogério Bento e Shirley dos Santos. Mestrando em Ciências Sociais (PUC-SP), Mário é pós-graduado em análise de sistemas, especializado em análise de demonstrativos financeiros, bacharel em Ciências Contábeis. Shirley é psicóloga, coordenadora da administração e atuante em projetos das áreas de saúde, educação e políticas públicas que visam a promoção da igualdade de raça e gênero. Muitos dos projetos do CEERT contam com seu acompanhamento cuidadoso.

As dificuldades na coordenação de tarefas complexas, o enfrentamento de crises econômicas e a busca por uma administração cada vez mais eficaz são alguns dos temas abordados a seguir.

Revista CEERT 15 anos – O CEERT sempre defendeu a ética e a transparência nos programas que desenvolve. Como isso é tratado na administração?

Shirley dos Santos – Pertencente à primeira geração brasileira de ONGs, o CEERT, ao longo desses 15 anos, vem desenvolvendo a sustentabilidade institucional que depende da sua capacidade de se relacionar com as pessoas e organizações de todos os setores da sociedade. A busca de controle dos objetivos estabelecidos e dos resultados obtidos tem sido constante na prática administrativa para garantir o compromisso maior do CEERT com a causa da democracia racial em nosso país.

Dessa forma, a administração do CEERT vem desenvolvendo eficiência e transparência nas prestações de contas, financeiras e narrativas, por meio de detalhamentos, de planilhas e comprovantes, desenvolvendo esse método em conjunto com seus parceiros. Por exemplo, a Fundação Ford, a Fundação MacArthur, o Unicef e outros parceiros, ao longo desses 15 anos, vêm destacando a excelência na apresentação de documentação administrativo-financeira do CEERT. Os bons resultados se devem a um investimento na formação e no aprimoramento de técnicos de Recursos Humanos, Contábeis,

Informática, Jurídico e a um acompanhamento cuidadoso dos marcos legais.

Revista CEERT 15 anos – Muitas empresas têm tentado aplicar uma conduta de responsabilidade social interna, desenvolvendo programas de promoção de igualdade racial entre seus funcionários. Como a administração do CEERT assessora as equipes que desenvolvem esses projetos?

Mário Rogério Bento – Para implementar ações de responsabilidade social, assim como de promoção da igualdade racial, o CEERT conta com uma equipe que iniciou sua trajetória profissional em grandes empresas e instituições e que ocuparam cargos de direção na gestão de recursos humanos, financeiros e de administração empresarial.

A partir dessa experiência, desenvolvem, em conjunto com as empresas e as instituições que procuram o CEERT, sistemas de diagnóstico e de intervenção.

Desse modo, a administração do CEERT busca ampliar e fortalecer a ação de seus consultores de outras áreas, dando-lhes suporte para uma intervenção precisa. Possibilita que as informações sejam sistematizadas por meio de recursos avançados, com o desenvolvimento de programas para apoiar projetos específicos e para criar bases ampliadas para pesquisas futuras.

Revista CEERT 15 anos – A administração do CEERT dá suporte a vários eventos nas diversas regiões do Brasil. Quais são as dificuldades? O que houve de aprendizagem nesses projetos?

Shirley dos Santos – Essa versatilidade foi criada a partir da necessidade de realizar eventos e parcerias regionais. Sistematiza-

mos um manual de procedimento contendo formulários e um padrão de comportamento para as diversas situações.

A busca de parceiros locais para prestação de serviços – transporte, hospedagem, material de consumo, alimentação, etc. – facilitou a resposta à demanda nas diversas etapas dos projetos.

As organizações negras regionais e sua rede de fornecedores oferecem uma base que garante que nos eventos se respeitem e valorizem as práticas e realidades locais.

Revista CEERT 15 anos – É fato que o CEERT, assim como outras ONGs, passou por momentos de dificuldade operacional e econômica ao longo desses 15 anos. Como você sintetiza as soluções encontradas nesses episódios?

Mário Rogério Bento – Os países têm enfrentado sucessivas crises políticas e econômicas. Naturalmente, é fato que o CEERT passou por momentos de dificuldade operacional e econômica ao longo desses 15 anos, como acontece no mercado, mostrando-se sensível a esse tipo de instabilidade.

Desde o ano de 2000, a necessidade de transparência ganhou ênfase nos diversos fundos e parceiros em níveis de governo – federal, estaduais e municipais.

O 11 de Setembro, por exemplo, inaugurou um novo momento de relações financeiras no mundo. Entretanto, uma estratégia administrativa que construímos foi termos nos antecipado às atuais exigências de transparência. O CEERT já constituía uma equipe treinada para apresentar comprovações de suas ações, por meio de cadastros atualizados, documentação adequada, bem como estrutura para obter recursos públicos e privados, nacionais e

internacionais, considerando suas diferentes exigências.

Revista CEERT 15 anos – Quais as principais dificuldades para a administração de uma ONG?

Shirley dos Santos – Consideramos que nossa missão é lidar com um difícil paradoxo: administrar dinheiro escasso, direcionado para ações específicas, cujos resultados nem sempre são visíveis de imediato. Além disso, as ONGs trabalham de forma mais humanizada – o que, muitas vezes, gera maiores custos no processo. Um exemplo é a inclusão em nossos programas de pessoas ainda não totalmente profissionalizadas, mas com potencial de desenvolvimento, o que implica num custo extra de treinamento.

Mário Rogério Bento – Uma das maiores dificuldades é a redução de custos. Em função disso, o CEERT buscou a parceria com a MVR Consultores, composta de uma equipe de especialistas altamente qualificados, que atende também outras ONGs, reduzindo custos e garantindo qualidade nos setores administrativo, contábil, financeiro e de informática.

As ONGs precisam se reconstruir o tempo todo – principalmente nas áreas administrativa e financeira. As cobranças provenientes de nossa missão, das nossas ações, nos colocam questões comuns às outras instituições. Mas sempre nos vemos muito implicados em questões de gênero, de raça, de intolerância religiosa, etc. dentro de nossa própria instituição, e não esqueçamos em um só momento do compromisso que assumimos para a construção de um mundo mais democrático e inclusivo.



O CEERT no tempo

PALAVRAS DE UM TRABALHADOR NEGRO



1992 a 1994

Elaboração da denúncia pelo descumprimento da Convenção 111 e lançamento de campanha nacional pela implementação da Convenção 111.

Lançamento da cartilha *Palavras de um trabalhador negro*, destinada a sindicalistas.

Organização e realização da 1ª Conferência Sindical Interamericana pela Igualdade Racial, que reuniu a CUT – Central Única dos Trabalhadores, a Força Sindical, a CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores, a AFL-CIO (EUA) e COSATU (África do Sul).

Publicação das pesquisas “O Perfil do Sindicalista Anti-racista” e “Os Mecanismos Institucionais de Discriminação Racial no Trabalho”, com o Ministério do Trabalho – MTB.

Realização do curso “Sindicalismo e Racismo”.

Elaboração das “teses anti-racistas” para congressos de categorias como Radialistas e Metroviários de SP, Metalúrgicos do ABC e outros.

Elaboração do documento “Política Nacional Anti-racista”, no Congresso Nacional da CUT.

Produção do vídeo-documentário *Retrato em preto e branco*.

1995

Acompanhamento de comissões anti-racistas de sindicatos, elaboração das cláusulas antidiscriminatórias e preparação de artigos e textos de apoio.

Realização de seminário para assessorias jurídicas sindicais, com a Ordem dos Advogados de São Paulo – OAB-SP.

Participação (com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a MTB, confederações nacionais de empregadores e centrais sindicais) na implementação da Convenção 111.

Realização de pesquisa “Insalubridade no Trabalho e Raça: o

Caso dos Trabalhadores das Siderúrgicas”, com a Fundação Macarthur e a CUT.

Participação no II Encontro Internacional da Brazilian Studies Association – BRASA, com o tema: “Mecanismos Institucionais de Racismo e Resistência Negra no Mercado de Trabalho”, na Universidade de Minnesota, nos EUA.

Participação na organização da “Marcha Zumbi Contra o Racismo pela Cidadania e a Vida”.



1996

Realização da pesquisa “A Força Psicológica do Legado Social do Branqueamento – um Estudo da Negritude em São Paulo”, no Instituto de Psicologia da USP.

Organização do “Encontro Tripartite Sobre Implementação de Políticas Voltadas à Diversidade”, com multinacionais, Governo e Estado.

Organização do projeto “Oportunidades Iguais Para Todos”, em convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte, com forma-

ção e produção de textos e vídeo.

Desenvolvimento do projeto “Educação para a Cidadania”, realizado em escolas públicas de 1º e 2º grau de São Paulo.

Publicação do caderno “Discriminação Racial no Mercado de Trabalho Brasileiro”, em parceria com a OIT.

Viabilização do projeto “Direito e Relações Raciais”, com realização de seminário e publicação.

1997

Publicação da cartilha *Insalubridade no Trabalho, Meio Ambiente e Raça: o Caso dos Trabalhadores das Siderúrgicas*.

Realização do 1º Seminário “Construindo a Igualdade Racial no Trabalho”, com o INSPIR – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial.

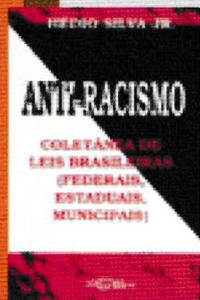
Participação no Seminário “Superando o Racismo: Brasil, África do Sul e os Estados Unidos no Século 21”, na SEF – Southern Education Foundation.

Organização e participação do Seminário “Direito e Relações Raciais” com a Procuradoria Geral do Estado e a OAB.



1998- 2000

Desenvolvimento do programa "Direito e Relações Raciais", com a União Européia e o Ministério da Justiça.



Autoria de livro (SILVA JR., Hélio. *Anti-racismo – coletânea de leis brasileiras: federais, estaduais, municipais*. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998).

Pesquisa de doutrina e de jurisprudência que resultou em autoria de livro (SILVA JR., Hélio. *Direito de igualdade racial – aspectos constitucionais, cíveis e penais: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002).

Co-autoria em livro (SILVA JR., Hélio. Um imponente projeto de igualdade racial. In: Coltro Antonio Carlos Mathias (coord.). *Constituição Federal de 1988 – dez anos (1988 – 1998)*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999).

Defesa de uma Yalorixá indiciada em inquérito policial pelo crime de perturbação do sossego, em razão de denúncia de vizinhos (adeptos de religiões neopentecostas).

Treinamento dos operadores do direito na disciplina optativa "Direito e Relações Raciais", na Faculdade de Direito das Américas.

Seminário "Diversidade e Igualdade no Trabalho", com órgãos de recursos humanos – CRP, APARH, ABRH, que resultou na organização de livro (BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). *Ação afirmativa e diversidade no trabalho – desafios e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000).

Inclusão da disciplina "Tutela Penal da Igualdade", no Curso de Formação de Delegados.

Co-autoria em livro (SILVA JR., Hélio. Delegacias de Crimes Raciais: estas ilustres desconhecidas. In: BÉRQUO, Elza. (coord.). *População negra em destaque*. São Paulo: Cebrap, 1998).



Autoria de livro (BENTO, Maria Aparecida Silva. *Cidadania em preto e branco*. São Paulo: Ática, 1998).

Assinatura de compromisso entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e o INSPIR, para a promoção da igualdade racial, no âmbito de empresas.

Co-autoria em livro norte-americano (BENTO, Maria Aparecida Silva. Silent conflict: discriminatory practices and black response in the workplace. In: REICHMANN, Rebeca (org.). *Race in contemporary Brazil – from*

indifference to inequality, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1999).

Elaboração de mandado de injunção no Tribunal de Justiça do Pará, objetivando o cumprimento do preceito da Constituição do Estado do Pará que prevê políticas de ações afirmativas para a população negra.

Participação na concepção do "Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho".

Elaboração de mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal objetivando a titularidade de terras das comunidades quilombolas.

Co-autoria em livro (BENTO, Maria Aparecida Silva. Racismo no Trabalho: o Movimento Sindical e o Estado; SILVA JR., Hélio. Do racismo Legal ao Princípio da Ação Afirmativa: a Lei como Obstáculo e como Instrumento dos Direitos e Interesses do Povo Negro. In HUNTLEY, Lynn. / GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (orgs.). *Tirando a máscara*. São Paulo: Paz e Terra, 2000).

Elaboração de ação declaratória da validade de um casamento realizado no candomblé.

Co-autoria em livro (BENTO, Maria Aparecida Silva. Raça e Gênero no Mercado de Trabalho. In ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas/São Paulo, ABEP/NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG, 34, 2000).

Participação na "2ª Conferência de Responsabilidade Social Empresarial nas Américas".

Participação no processo preparatório da "III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas", em Santiago, no Chile, e em Genebra, na Suíça.

Em parceria com as centrais sindicais CUT, CGT e Força Sindical, e com o INSPIR, produção das "cláusulas de promoção da igualdade".

Realização do Projeto "Dano Psíquico: Impacto da Violência Racial e de Gênero no Psiquismo".

Realização do Projeto "Gestão Local, Empregabilidade e Equidade de Gênero e Raça: Uma Experiência de Política Pública na Região do ABC Paulista", com apoio da Fapesp, da OIT, da CEPAL e da Prefeitura de Santo André.

2001

Organização de seminário e co-organização de livro (BENTO, Maria Aparecida Silva. / CASTELAR, Marilda (orgs.). *Inclusão no trabalho: desafios e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001).

Participação na "III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas", em Durban – África do Sul.

Redação de parecer sobre a constitucionalidade das cotas, que

também serviu para subsidiar a Comissão Especial para Exame do Projeto de Lei que Cria o Estatuto da Igualdade Racial, de iniciativa do Deputado Paulo Paim.

Elaboração de ação criminal contra o diretor de uma escola pública de São Paulo que discriminou três funcionárias negras e elaboração de laudo interdisciplinar, assinado por uma psiquiatra, uma médica do trabalho e psicólogos e advogados do CEERT.

Capacitação sobre raça e gênero no trabalho para o INSPIR.

Co-autoria de livro (BENTO, Maria Aparecida Silva, Raça e

Gênero no Programa de Modernização Administrativa. In RIBEIRO, Matilde (org.); CARVALHO, Maria do Carmo A. Albuquerque (org.). *Gênero e raça nas políticas públicas*. São Paulo, Pólis, 2001).

Consultoria ao Observatório Social das empresas/CUT Nacional, sobre monitoramento da Convenção 111, da OIT.

Estabelecimento de diálogo com sacerdotes das religiões afro-brasileiras, de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Paraíba, visando identificar problemas de natureza institucional-legal.

2002

Realização da 1ª edição do Prêmio “Educar para a Igualdade Racial: experiências de Promoção da Igualdade Racial-étnica no Ambiente Escolar”.

Organização do Seminário “Dano Psíquico”, em parceria com a Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos.

Autoria de livro (SILVA JR., Hédio. *Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais*. Brasília: Unesco, 2002).

Co-autoria de livro (BENTO, Maria Aparecida Silva. *Racialidade e Produção do Conhecimento*. In: *Racismo no Brasil*. São Paulo, Fundação Peirópolis, ABONG, Ação Educativa, Anped, 2002).

Elaboração da pesquisa “Ação de Saúde Mental e Trabalho”.

Co-autoria de livro (BENTO Maria Aparecida Silva, *Movimentos Identitários e Direitos Humanos*. In: *Psicologia e direitos humanos – práticas psicológicas: compromissos e compromettimentos*. São Paulo: Conselho Federal de Psicologia/Casa do Psicólogo, 2002).

Participação no Seminário “Assédio Moral e Dano Psíquico”, no Sindicato dos Químicos.

Elaboração de ação civil coletiva contra o Ministério da Saúde, pela campanha anti-tabagismo, com carga discriminatória.

Organização da Oficina “Formação de Multiplicadores de Ações Afirmativas”, para funcionários do Ministério da Saúde que trabalham com o tema DST-AIDS.

Autoria de livro (SILVA JR., Hédio. *Direito de igualdade racial: aspectos constitucionais, civis e penais*. Doutrina e jurisprudência, São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002).

Realização do Seminário “Capacitação de Procuradores do Ministério Público do Trabalho para a Defesa Judicial da Igualdade Racial”.

Participação na IV Reunião Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema de Conselhos de Psicologia.

Realização de oficinas no Fórum Social Mundial.

2003

Participação no “Conselho de Segurança Alimentar”, da Presidência da República, para inserir o corte racial nos programas do “Fome Zero”.

Realização do Seminário “Segurança Alimentar e a População Negra”, com 150 lideranças negras de todo o Brasil.

Realização do I Seminário “Desafios das Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial”.

Co-organização de livro (BENTO, Maria Aparecida Silva / CARONE, Iray (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2003).

Lançamento da 2ª edição do Prêmio “Educar Para a Igualdade Racial”.

Realização de vídeo ficcional (ARAÚJO, Joel Zito (dir.); BENTO, Maria Aparecida Silva e SILVA JR, Hédio (arg.). *Vista minha pele*. São Paulo, CEERT, 2003).

Formação de educadores da Rede Municipal de Educação de Campinas, SP.

Implementação do Quesito Cor nos Programas Estaduais de DST/AIDS.

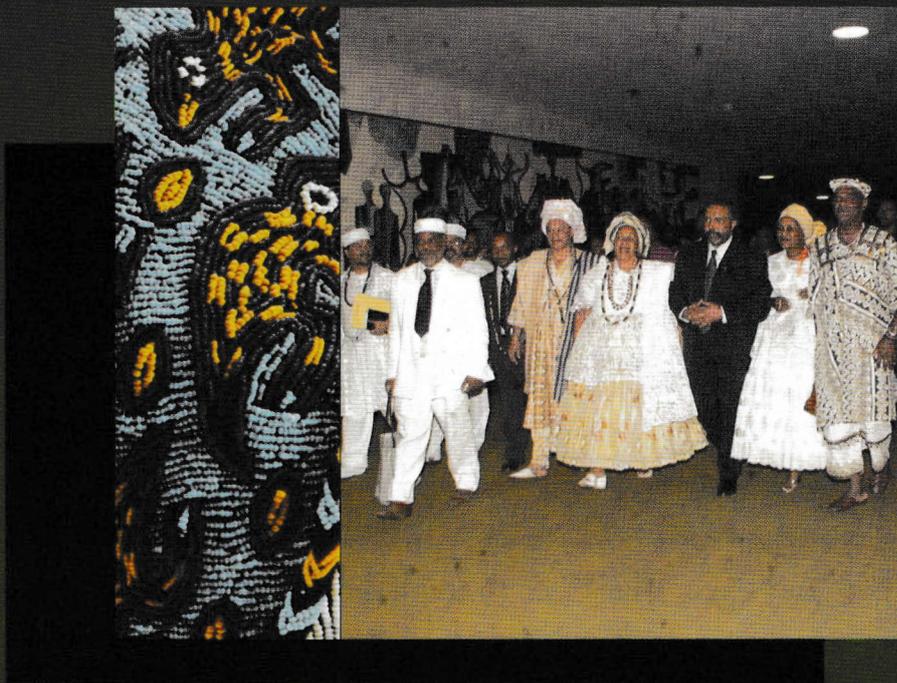
Defesa em ação criminal contra um Babalorixá e quatro fiéis presos em flagrante sob acusação de manter uma criança em cárcere privado.



CAMPANHA EM DEFESA DA LIBERDADE DE CRENÇA E CONTRA A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA



NOSSA TRAJETÓRIA NA



Ações históricas e principais processos em andamento

O CEERT realizou alianças políticas com segmentos religiosos afetados diretamente e/ou contrários aos ataques sofridos pelas religiões de matriz africana. Buscou, portanto, fortalecer uma consciência social comprometida com o respeito recíproco entre todas as denominações religiosas e a construção de uma cultura de paz. Nessa área, temos como principais atividades:

- Articulação de sacerdotes da Religião Afro-brasileira que dê suporte político para as ações judiciais;
- Questionamentos judiciais da regulamentação da disciplina de ensino religioso (que tem excluído as religiões afro-brasileiras);
- Interpelações judiciais de emissoras de rádio e TV que veiculam programas que ridicularizam e difamam as religiões afro-brasileiras;
- Acompanhamento de casos de tentativas de invasão, atentados e depredação de templos das religiões afro-brasileiras.

A fala dos parceiros do CEERT

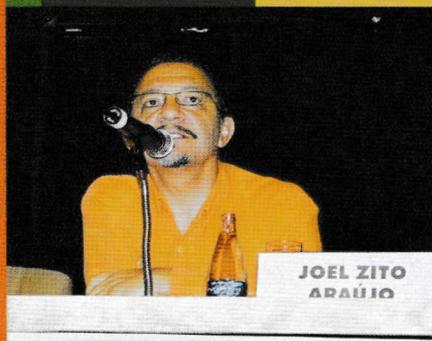
Joel Zito Araújo

Cineasta e PhD em comunicação

Trabalhar com o CEERT, e ter na minha história a honra de dizer que ajudei na sua criação, é uma das mais belas páginas do meu currículo. E, para nossa sorte, os deuses da criatividade sempre estiveram ao nosso lado em todos os vídeos e programas de TV que realizamos em comum. E já começamos “chutando o balde” quando realizamos Retrato em Preto e Branco, em 1992. “Retrato” foi meu primeiro documentário selecionado para vários festivais no exterior, e comprado para a Biblioteca Pública do Congresso Norte-Americano. O último trabalho, Diálogo das Religiões, contra a intolerância religiosa no Brasil, permanece inédito, mas espero que por pouco tempo.

Por tudo isso, sou a mais suspeita das pessoas convidadas a tecer comentários sobre o CEERT. Na realidade, nada do que fizemos em comum teria acontecido se seus coordenadores e sua

equipe não fossem pessoas de visão, com muita capacidade de iniciativa e gerenciamento, além de grandes, confiáveis e solidários parceiros de todas as horas. Deixo aqui toda minha admiração pela bela trajetória da entidade.



Vitórias obtidas nos Tribunais

Em parceria com entidades religiosas, organizações do movimento negro e de defesa dos Direitos Humanos, o CEERT registrou cinco importantes vitórias obtidas nos Tribunais:

DEFESA DA LIBERDADE DE CRENÇA

2001 – Nome africano

Um casal de fiéis do Candomblé que havia tentado registrar a filha com nome africano obteve resposta negativa do oficial de registro. O CEERT foi ao Judiciário e o Tribunal de Justiça de São Paulo deu ganho de causa aos pais.



2002 – Casamento na Religião Afro-brasileira

Em Porto Alegre/RS, pela primeira vez, o Tribunal de Justiça do Rio

Grande do Sul reconheceu a validade de um casamento feito na Religião Afro-brasileira, em caso defendido pelo CEERT.

2003 – Proibição de funcionamento de templo / Prisão de babalorixá e fiéis

Num caso do Rio Grande/RS, no qual uma religiosa do Candomblé havia sido condenada à prisão e o templo havia sido proibido de funcionar, a pena de prisão foi substituída por multa e o templo voltou a funcionar normalmente.

Num caso ocorrido em Registro/SP, um babalorixá e quatro fiéis do candomblé foram presos em flagrante, sob acusação de manter uma criança em cárcere privado. O CEERT se responsabilizou pela defesa de todos. Duas pessoas não foram sequer denunciadas, e as outras três estão respondendo ao processo em liberdade, com grandes chances de absolvição.

2004 – Abate religioso

O CEERT atuou contra uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI proposta pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul. Baseou-se na Lei Estadual

12.131/04 que admite o abate religioso nos cultos das religiões de matriz africana. A decisão do Tribunal de Justiça gaúcho estabeleceu a constitucionalidade da lei, permitindo o abate.

2005 – Satanização da Religião Afro-brasileira

Junto ao Ministério Público Federal e ao INTECAB – Instituto Nacional de Tradições Afro-Brasileiras –, o CEERT obteve a concessão de direito de resposta pela Justiça Federal para as religiões de matriz africana contra o enfoque negativo dado

a elas pela Rede Record e pela Rede Mulher de Televisão. Em virtude disso, o CEERT gravou um programa com o título *Diálogo das religiões*, contando com a participação de autoridades religiosas, representantes de organizações do movimento negro, juristas, profissionais da comunicação, dentre outros.

Campanha em Defesa da Liberdade de Crença e contra a Intolerância Religiosa

Lançada em 2004, pelo CEERT, o INTECAB e o SESC-SP – Serviço Social do Co-

mércio de São Paulo. A campanha está em pleno desenvolvimento.



NOSSOS DESAFIOS

Nosso maior desafio é reunir entidades da sociedade civil, líderes religiosos, personalidades, entidades e ativistas do movimento negro e dos direitos humanos, num esforço para introduzir o tema da intolerância re-

ligiosa na agenda dos direitos humanos do Brasil.

Essa meta, além de dizer respeito às religiões, fala também a todos aqueles comprometidos com a defesa da igualdade da dignidade e dos direitos humanos.



A fala dos parceiros do CEERT

Matilde Ribeiro

Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Conhecer as pessoas e seus projetos é um caminho interessante para a construção de parcerias. Foi assim que me aproximei do CEERT e das pessoas que o compõem. Dos 15 anos, tive o privilégio de acompanhar os últimos dez, bem de perto.

Primeiro, a identificação política, a partir da compreensão de que racismo não combina em nada com democracia. Depois, o tratamento mais direto às desigualdades de gênero e raça no trabalho e na educação.

Com o CEERT, as parcerias foram se intensificando e amadurecendo. Em vários lugares onde trabalhei, fomos reproduzindo ações que resultaram em processos de trabalhos continuados – no Instituto Cajamar, a partir do Programa Relações Sociais de Gênero; na Prefeitura de Santo André, com a Implementação do Quesito Cor na Central dos Trabalhadores; e, agora no Governo Federal, com as contribuições na revisão do Plano Nacional de

Educação e para a implementação da LDB/Lei 10.639/2003 que prevê o ensino da história e da cultura da afro-brasileira e africana nos níveis fundamental e médio.

Junto a uma militância aguerrida e a tantas outras instituições atuantes pelos quatro cantos do Brasil, vão sendo construídos caminhos e perspectivas que reforçam a necessidade premente de inclusão de negros e negras na vida pública do país.

Por vários olhares e mentes acumularam-se reflexões, debates, formulações, monitoramento de políticas e buscas de transformar os sonhos de igualdade em realidade.

Nossas publicações na área



Material (folder, cartaz, cartilha e vídeo) da Campanha em Defesa da Liberdade de Crença e Contra a Intolerância Religiosa

A lei determina a igualdade de todas as religiões, mas, na prática, muitas são as violações de direitos. Diariamente, em diversos espaços, templos, e principalmente na TV, se pratica a violência simbólica, por meio da intolerância religiosa, criminosa, grosseira, ofensiva, num cenário recorrente: a satanização e a difamação da religiosidade afro-brasileira.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO



CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES

O Programa de Educação do CEERT tem como objetivo desenvolver propostas metodológicas para o tratamento da diversidade humana e da pluralidade cultural na educação. Ele subsidia, especialmente, a rede pública de ensino, na perspectiva da adoção do tema “diversidade humana / pluralidade cultural” como conteúdo permanente dos currículos e das atividades escolares.

Intervenções nos municípios

Há 12 anos o CEERT atua na área da educação, combinando ações de combate ao racismo com programas de pesquisa e de promoção da igualdade racial. Produziu artigos, materiais e textos pedagógicos, além de elaborar e desenvolver programas de formação sobre relações raciais/étnicas em diferentes instituições. Ao longo desse período, desenvolveu metodologia de processos de formação e de intervenção institucional que têm sido fundamentais nas áreas do trabalho, da saúde e da educação.

No âmbito da intervenção municipal na área de educação, nossa primeira experiência foi realizada há 10 anos na cidade de Belo Horizonte, a partir de um programa de implementação de políticas de promoção da igualdade racial, com atividades diversificadas (como produção de material pedagógico, curso de formação de multiplicadores, oficinas de formação e de sensibilização etc). Desde então, o CEERT fez, e ainda faz, parceria com prefeituras e secretarias de educação de diversos municípios, sempre na perspectiva de formação de multiplicadores e subsídio para a introdução da temática racial/étnica no currículo escolar.

NOSSA PRESENÇA NA EDUCAÇÃO

Prêmio Educar para a Igualdade Racial: Experiências de Promoção da Igualdade Racial-étnica no Ambiente Escolar

Instituído em 2001 (com sua primeira edição realizada em 2002), o Prêmio Educar para a Igualdade Racial tem abrangência nacional e objetiva recolher, identificar, analisar, premiar e disseminar experiências educacionais realizadas por professores de todas as disciplinas, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

Nas suas duas edições (2002 e 2004), o Prêmio recolheu e analisou 524 experiências, oriundas de todos os estados da federação. Como forma de divulgação e disseminação de boas práticas de tratamento da temática

racial, o CEERT reúne e publica um resumo completo das experiências selecionadas e o disponibiliza para todo o País.

A premiação acontece na cidade de São Paulo, no interior de um grande seminário de formação sobre a temática racial, do qual participam cerca de 2.000 educadores, gestores públicos, representantes de organizações sociais etc.

Nessa iniciativa pioneira, o CEERT, a cada ano, aumenta sua gama de parceiros que, cada vez mais, estão comprometidos com a promoção da igualdade racial.



EDUCAR PARA A IGUALDADE RACIAL

Teyoti tsuitsani
(Respeitando as diferenças)

NOSSA TRAJETÓRIA



1993 e 1994 – Educação para a Cidadania

As principais atividades consistiram em oficinas com educadores e alunos de escolas periféricas da região norte do município de São Paulo, região com expressiva concentração de população negra. Como produtos, foram organizados textos de apoio sobre diversidade humana e educação. Também foi produzido um rol de atividades para as salas de aula, tendo como temática a discriminação racial. Atingiu mais de 30 escolas e 800 professores da rede pública de ensino.

Parceria/Apoio: Companhia Levi Strauss

1995 – Oportunidades Iguais para Todos

Programa de implementação de políticas de promoção da igualdade racial com atividades diversificadas, como produção de material pedagógico, curso de formação de multiplicadores, oficinas de formação e de sensibilização etc. Foi realizado em Belo Horizonte, mobilizando 700 educadores. Des-

tes, 30 receberam formação mais intensiva e foram indicados pela Secretaria Municipal de Educação como agentes multiplicadores para a introdução do tema “diversidade humana / pluralidade cultural” na rede pública de ensino.

Parceria/Apoio: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

1998 – Interação Racial no Meio Escolar

O projeto foi, marcadamente, institucional já que, desde o início, envolveu quatro delegacias de ensino, consideradas “porta de entrada” para as escolas. Posteriormente envolveu 80 coordenadores pedagógicos e supervisores ligados a essas delegacias. Nas escolas, as oficinas começavam com o corpo diretivo e técnico (diretor, vice-diretor, coordenadores pedagógicos)

abrangendo posteriormente os professores e, por meio deles, os alunos. Esse caminho metodológico foi escolhido como forma de envolver a totalidade do corpo escolar, evitando o isolamento da atuação do professor e permeando o projeto político-pedagógico com o tema das relações raciais.

Parceria/Apoio: Companhia Levi Strauss



NA EDUCAÇÃO

2003 – Seminários regionais “Educar Para a Igualdade Racial”

Os seminários foram realizados nas capitais: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Campo Grande (MS), Porto Alegre (RS), Salvador (BA). O objetivo foi monitorar as 180 experiências inscritas (e não premiadas) na 1ª edição do Prêmio Educar para a Igualdade Racial e demais práticas de educadores, diretores e coordenadores pedagógicos. Ao todo, participaram 1.050 profissionais da educação e representan-

tes dos movimentos negro e indígena. Participaram ainda 26 monitores que discutiram, no âmbito de suas regiões, questões referentes às políticas públicas, ao programa de formação em relações raciais no ambiente escolar, à implementação da LDB/lei 10.639/2003, ao currículo escolar, entre outros temas.

Parceria/Apoio: Unicef; SEDH – Programa Paz nas Escolas.



2003 e 2004 – Educar Para a Igualdade Racial, na Rede Municipal de Campinas

Formação dos educadores de Campinas com o objetivo de sensibilizar e capacitar os profissionais da educação para a importância de trabalhar as relações raciais em prol do pleno desenvolvimento escolar de todas as crianças. Foram beneficiários diretos do projeto 150 educadores de educação infantil e ensino fundamental, 30 gestores educacionais (diretores, coordena-

nadores pedagógicos e supervisores) e 12 educadores étnicos.

O CEERT realizou ainda a formação de gestores com o objetivo de subsidiar o grupo de educadores étnicos, contribuindo para a inclusão da temática da diversidade humana nos programas curriculares e nos projetos político-pedagógicos das escolas.

Parceria/Apoio: Secretaria Municipal de Educação de Campinas, Escola Viva.

2004 – Construindo uma prática de promoção da igualdade racial, a partir da bibliografia afro-brasileira da SME-SP

A partir da bibliografia afro-brasileira disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, o CEERT desenvolveu a formação introdutória com cerca de 1.600 profissionais da educação (orientadores da sala de leitura, coordenadores pedagógicos, dire-

tores escolares e auxiliares de desenvolvimento infantil), de todas as regiões de São Paulo, para a inclusão da temática racial em suas práticas escolares.

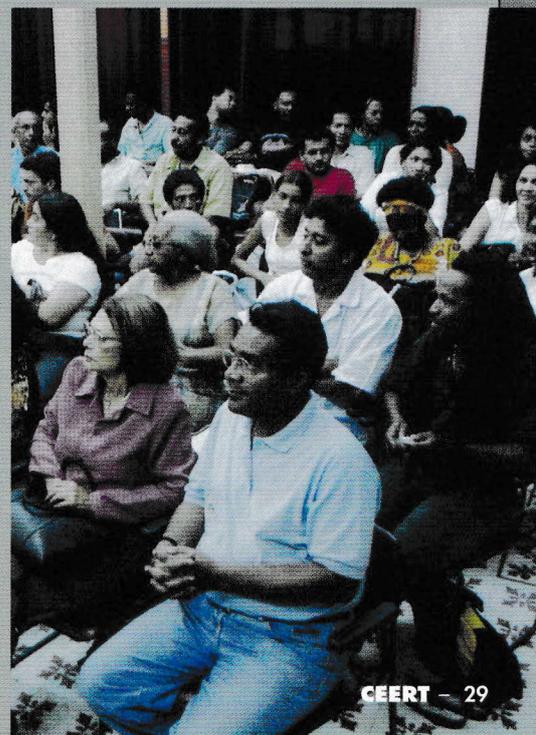
Parceria/Apoio: Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo; Círculo de Leitura; Projeto Vida.

2004 – Educar para a Igualdade Racial: indicadores e metodologias de implementação de políticas públicas educacionais de promoção da igualdade racial

Nas prefeituras de São Paulo e de Campinas, o CEERT, além do processo de formação de profissionais de educação, coletou informações qualitativas

e quantitativas com vistas a construir indicadores e metodologias para a implementação da Lei 10.639/2003.

Parceria/Apoio: Unicef.





A fala dos parceiros do CEERT
Silvio Manoug Kaloustian
 Oficial de Projetos
 UNICEF Brasil

A parceria com o CEERT garante ao UNICEF uma cooperação qualificada e sustentável no campo das políticas públicas de promoção da igualdade racial. Traz consigo um valor agregado ao oferecer um aporte complementar ao poder público, ao terceiro setor e à sociedade como um todo, por meio da construção de conhecimentos, validação de metodologias e disseminação de ações pedagógicas de inclusão social para cada menino e menina em sala de aula.

NOSSOS DESAFIOS

- Ao lado das organizações negras, principais protagonistas desse processo de transformação, disponibilizar os acúmulos para a concepção, o desenho e o monitoramento da implementação das políticas, colaborando na construção de indicadores e metodologias para que as instituições de ensino e os educadores possam se orientar quanto à identificação e à correção dos principais equívocos cometidos no trato dessa temática e na identificação de práticas, programas e ações desejáveis.
- Avançar em um movimento coordenado de políticas universais e políticas focalizadas ou afirmativas, até que sejam atingidas as grandes metas equitativas.
- Formar educadores e gestores a respeito de como a produção de conhecimentos e recursos pedagógicos são ações estratégicas,

voltadas para o desenvolvimento humano, que consolidam dados e produzem informações, práticas diferenciadas e conhecimentos necessários aos processos de intervenção política para os promotores da igualdade.

- Mais do que disseminar um possível sentimento de tolerância, estimular o sistema educacional a preparar os indivíduos para o respeito à diferença e para a valorização da diversidade humana, tomando-a em sua devida dimensão – um dos maiores patrimônios da humanidade – e vivenciando-a em sua grandiosidade e plenitude.
- Enfrentar a escassez de recursos pedagógicos com abordagem racial e/ou de gênero e a quase inexistência de ações de sensibilização e de suporte capazes de oferecer aos educadores efetivo apoio aos processos de ensino, como base para a implementação da LDB/lei 10.639/2003.

Nossas publicações na área



Vídeo



Folder



Livro



Livros



Mais do que disseminar um possível sentimento de tolerância, queremos estimular o sistema educacional a preparar os indivíduos para o respeito à diferença e para a valorização da diversidade humana, tomando-a em sua devida dimensão – um dos maiores patrimônios da humanidade – e vivenciando-a em sua grandiosidade e plenitude.

PROGRAMA DE SAÚDE



CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES

A implementação de políticas de promoção de igualdade racial exige, no plano operacional, o enfrentamento de um problema básico: a (des)informação sobre cor. O programa de saúde do CEERT desenvolve projetos de pesquisa e de capacitação de profissionais em instituições privadas ou públicas das áreas municipal, estadual e federal, orientando-os sobre a implementação do quesito cor/raça nos formulários de serviços.

O Projeto Implementação do Quesito Cor nos Programas Estaduais de DST/Aids tem proporcionado articulações com diversas instituições da área da saúde e organizações que trabalham com as áreas de raça e etnia, nos âmbitos municipal, estadual e federal.



NOSSA PRESENÇA NA SAÚDE

Qual é a sua cor?

As reivindicações por políticas de combate ao racismo vêm de longa data: a Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher, realizada em outubro de 1988, pode ser uma referência. A Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, gerou o documento "Por uma Política Nacional de Combate à Desigualdade Racial", entregue ao então presidente da República e promoveu a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (1996). Além disso, são referências: a II Reunião Nacional de Mulheres em Belo Horizonte, em 1997; a Pré-Conferência "Cultura e Saúde da População Negra", realizada em setembro de 2000 e o Fórum Nacional de Entidades Negras que, no Documento Alternativo do Movimento Negro Brasileiro,

destaca, entre outros pontos, a importância da incorporação do quesito cor nos instrumentos de saúde e no SUS.

A naturalização do desempenho em saúde da população negra é correlata ao automatismo presente no conceito de universalidade, pois pressupõe que a oferta de ações em saúde incidirá de forma equânime em todos os grupos populacionais que utilizam o SUS. Consideramos que urge que o Sistema Único de Saúde saia do universalismo formal com que tem operado e alcance de fato o universalismo de resultados.

Pesquisadores desde os anos 80 vêm analisando os dados de condições de vida da população brasileira, utilizando o recorte racial com o intuito de mapear as desi-

gualdades raciais no país. Para tanto, investigou-se a composição racial brasileira segundo sua distribuição espacial, etária e por sexo, a composição da pobreza, a desigualdade de renda e educação, o mercado de trabalho via ocupação de postos, a habitação e o consumo de bens duráveis.

A partir da análise desses indicadores, consideramos que existiam avanços positivos nas condições de vida da população brasileira, mas esses avanços não se traduziam em redução na desigualdade racial.

Em 2001, na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas de Durban – África do Sul, o Estado brasileiro se comprometeu a implementar o quesito cor nos formulários das instituições públicas.



NOSSA TRAJETÓRIA

O CEERT desde 1990 vem influenciando na formulação

1995 – Pesquisa sobre saúde, trabalho, meio ambiente e raça

Investigação e pesquisa de casos de trabalhadores leucopênicos de Volta Redonda-RJ, no que se refere à utilização ideológica de raça nos debates acerca das causas de

uma doença profissional denominada benzenismo, tida como doença “genética” dos negros. Durante o período da investigação, com apoio da Fundação MacArthur

o CEERT participou de palestras, debates, seminários em parceria com entidades sindicais, com o objetivo de ampliar a consciência sobre a temática raça e saúde.



Projeto Oportunidades Iguais para Todos

Em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte a área da Saúde, teve como objetivo geral a implementação do Quesito Raça/Cor nos formulários e cadastros de serviços de organizações públicas, visando subsidiar e estimular o desenvolvimento de políticas direcionadas à população negra, em diversas áreas, como: saúde, educação e trabalho.

Na área da Saúde ocorreu a capacitação de profissionais para a implementação do quesito cor. O quesito cor foi implantado nos formulários da Secretaria

Municipal de Saúde e foi criado um Grupo de Trabalho com a participação de técnicos e militantes do movimento negro organizado da cidade. Foram realizadas oficinas envolvendo profissionais de todas as regiões da cidade, além da implementação de uma campanha dirigida aos técnicos e usuários dos serviços de saúde. O objetivo da ação favoreceu também a implementação de políticas públicas nas áreas de saúde que incluam a temática étnico-racial.

1997 – Publicação de cartilha

Dando continuidade ao Projeto Insalubridade no Trabalho, Meio Ambiente e Raça, o CEERT organizou a publicação de uma cartilha, que orientava ações para sindicalistas, trabalhadores da área de saúde e Delegacias Regionais do Trabalho (DRT), sobre a temática racial. Hou-

ve também a apresentação de pôster no Congresso da ABRASCO, descrevendo a pesquisa da leucopenia com os trabalhadores de Volta Redonda e os desdobramentos da mesma. Também ocorreram reuniões com a Delegacia Regional do Trabalho – DRT/SP.

1999/2000 – Projeto de Dano Psíquico Oriundo da Violência de Raça e Gênero

O objetivo geral do projeto era caracterizar o dano psíquico oriundo da violência de raça e gênero nas relações de trabalho. Foram desenvolvidas as seguintes ações:

a) Levantamento, estudo bibliográfico e acompanhamento de casos emblemáticos de atendimento psicológico e jurídico, por violência de gênero e raça, realizado em di-

ferentes instituições (visitas e reuniões com entidades que realizam atendimento, como Casa Eliane de Gramont, Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos, Vara da Infância e Juventude do Fórum da Zona Norte – Santana, Núcleo de Estudos de Saúde Raça e Trabalho da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UFRJ);

b) Produção de texto básico de apoio sobre Dano Psíquico e Dano Moral oriundo da discriminação racial, produzido para a capacitação do Núcleo de Estudos do Negro – NEN de Santa Catarina;

c) Organização de um texto para publicação (em mimeo), para os operadores das áreas de direito e saúde.

NA SAÚDE

de Políticas Públicas na área da Saúde. Destacam-se as seguintes ações:

2001/2002 – Estudo de Caso - “O caso das merendeiras”

Acompanhamento das merendeiras pelos profissionais das áreas de psicologia, serviço social e jurídica, com apoio de médicos (psiquiatra e médico do trabalho). Realizaram-se entrevistas, formou-se um grupo de consenso e construiu-se um laudo clínico que consta do processo judicial.

Foi organizado um seminário sobre “dano psíquico”, em parceria com a Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos, com a participação de várias entidades do movimento negro e feminista: Fala Preta, Instituto do Negro Padre Batista, UFRJ, Geledés Instituto da

Mulher Negra, Casa Eliane de Gramont, União de Mulheres, VMT Violência Moral no Trabalho.

Esse Projeto originou uma série de publicações e participações em seminários, debates, entrevistas na imprensa escrita e televisiva.

2003 – Participação na Secretaria Executiva da Comissão Organizadora da I Conferência Municipal de Saúde da População Negra de São Paulo

Após a realização da Conferência, organizou-se a Comissão de Saúde da População Negra, composta por técnicos,

representantes de entidades do movimento negro (o CEERT integrando a comissão) e representantes do gover-

no, com o objetivo de implementar as deliberações da Conferência realizada em maio de 2003.

Aprovação do Projeto de Implementação do Quesito Cor nos Programas Estaduais de DST/Aids-SP com apoio do PNUD/UNAIDS Mini-curso sobre Aids

Realização de um mini-curso com profissionais de saúde do CRT-Aids e de outras instituições da área de saúde do Esta-

do de São Paulo.

Indicação pela SEPPIR de representante do CEERT.

2004

Realização das três oficinas do projeto: Sensibilização, Monitoramento e Avaliação.

Elaboração de *folder* e cartaz para Campanha de Implementação.

Participação no I Seminário Nacional de Saúde da População Negra, apresentando

as experiências do CEERT de implementação do quesito cor nas instituições.

Indicação pela SEPPIR de representante do CEERT como membro suplente do Comitê de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde.

2005

Inclusão da publicação das experiências de Implementação do Quesito Cor na publicação da Fundação Nacional de Saúde -FUNASA – Ministério da Saúde, *Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade* Brasília, 2005. Organizada

a partir do projeto realizado pelo Ministério da Saúde, DFID e parceiros da sociedade civil.

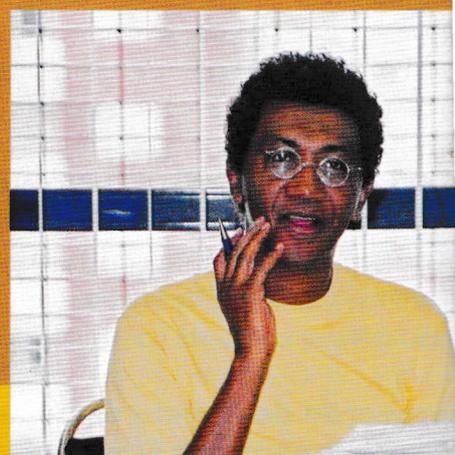
Início de parceria com o DFID para implementação do quesito cor na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Recife.

Participação no grupo de trabalho da COSAT/Saúde do Trabalhador – Ministério da Saúde de um representante do CEERT para implementação do Protocolo de Saúde Mental e Trabalho.



NOSSOS DESAFIOS

- Garantir a continuidade das ações de implementação do quesito cor nos formulários da saúde e órgãos públicos.
- Criar grupo de trabalho e de pesquisa na interface saúde e racismo, destacando a temática de psiquismo e racismo.
- Continuidade de sensibilização de gestores e técnicos dos serviços para a temática racial em saúde e a inclusão do quesito cor nos formulários.



A fala dos parceiros do CEERT

Helio Santos

Professor universitário, pesquisador, mestre em finanças e doutor em Administração

Presidente do IBD - Instituto Brasileiro da Diversidade

15 anos é a idade de um adolescente. Nesse espaço de tempo, conquistou-se muito. A missão do CEERT gera cidadania. Como é sabido, não há brindes nesse particular campo – cidadania se conquista ou não se tem.

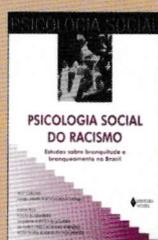
O CEERT, hoje, transcende seus fundadores e colaboradores, e passa a ser motivo de orgulho para os militantes de toda uma geração.

O trabalho é a instituição que marca de forma mais definitiva o ser humano, e o CEERT, ao investir prioritariamente nesse campo, auxilia a reduzir as injustiças no país mais desigual do mundo: o Brasil.

Se, por um lado, o CEERT tem a idade de um adolescente – sua energia lembra mesmo a juventude –, os frutos já colhidos são consistentes e visíveis, próprios de quem já viveu muito.

Sinto apenas orgulho – muito orgulho – de ser um amigo do CEERT.

Nossas publicações na área



Livro



Folder

A naturalização do desempenho em saúde da população negra é correlata ao automatismo presente no conceito de universalidade, pois pressupõe que a oferta de ações em saúde incidirá de forma equânime em todos os grupos populacionais.

A importância da autoclassificação na coleta do quesito cor

As primeiras ações governamentais, no âmbito estadual e municipal datam da década de 80 e foram formuladas pelo movimento negro. A década de 90 foi marcada pela conquista do cenário federal, em meados de 1995, com a entrega do documento reivindicatório "Por uma política nacional de combate à desigualdade racial" ao então Presidente da República, pela implementação de um Programa de Anemia Falciforme e no cenário municipal pela implementação do quesito cor nos formulários de saúde, que permitiu iniciar as pesquisas sobre morbidade e mortalidade da população negra. Nesse momento histórico, nossa entrevistada Edna Muniz de Souza iniciou sua jornada pela promoção da igualdade racial.

Psicóloga, assistente social e pós-graduanda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica, Edna Muniz de Souza vem se destacando como referência dentre os quadros do movimento negro, na discussão de saúde e relações raciais. Funcionária da Secretaria da Saúde do Município de São Paulo há mais de 20 anos, integrou a equipe que formulou e realizou a primeira experiência de implementação do quesito cor no Brasil. Hoje trabalha no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, da zona Norte de São Paulo, integra a Área Temática de Saúde da População Negra da SMS/SP e coordena o Programa de Saúde do CEERT, desenvolvendo pesquisas e intervenções nas áreas de raça, gênero e saúde.

Entrevista com
Edna Muniz de Souza

Revista CEERT 15 Anos – Você acompanhou o processo de implantação do quesito cor na Saúde. Como foi esse processo? Quais as principais dificuldades? Quais os avanços mais significativos?

Edna Muniz: Em 1991, militantes do movimento negro da cidade de São Paulo, dialogando com instâncias governamentais, viabilizaram, por meio da portaria 696/90, a introdução do quesito cor no Sistema Municipal de Saúde. A experiência de São Paulo foi um marco nos estudos sobre a população negra porque possibilitou: a entrada da pauta do movimento negro na agenda governamental; constituir um grupo de trabalho com o objetivo de planejar, implantar, capacitar e monitorar a introdução do quesito cor no Sistema Municipal de Saúde; efetivar seminários sensibilizadores e processos de formação de gestores, médicos e técnicos da saúde em geral e a abertura para a construção de uma política de saúde específica partir dos dados de desigualdades levantados.

A não percepção da importância da coleta do quesito cor pelos profissionais, a dificuldade de entendimento do que é ser negro no Brasil e as diferenças de marca de origem e marca de aparência foram os maiores complicadores para implementar o quesito cor.

Em termos comparativos, o sistema norte-americano baseia-se na marca de origem, ou seja, os grupos sociais são nomeados, reconhecidos e socialmente situados por sua origem, sendo todos os americanos definidos por seu local de origem ou por sua ascendência. Já no Brasil, a marca mais forte é a de aparência, que constitui um conjunto de fenótipos que podem estar ou não evidentes para o olhar do outro. Assim, pessoas de diferentes origens são nomeadas pela cor da



pele e outros traços. No Brasil essa nomeação se dá a partir autoclassificação, e que, por conta do racismo à brasileira, não ocorre de forma tranqüila.

Revista CEERT 15 Anos – Que ações levaram ao projeto “dano psíquico”? Qual a importância desse projeto?

Edna Muniz: O “caso das merendeiras” – referentes a denúncia feita por funcionárias negras de uma escola estadual que procuraram o CEERT por serem vítimas de discriminação racial no trabalho – mobilizou uma equipe multidisciplinar, composta por médicos, psicólogos, juristas e assistentes sociais, que estudaram o assédio moral. Trabalhamos com esse conceito, já definido pela professora e médica do trabalho Margarida Barreto como “todo comportamento abusivo (gesto, palavra e atitude) que ameaça, pela repetição, a integridade física ou psíquica de uma pessoa, degradando o ambiente de trabalho”.

A violência cotidiana e persistente da qual foram vítimas as merendeiras – por meio do autoritarismo desmedido e do tratamento grosseiro de seu chefe – acabou por desencadear nelas danos diversos, de ordem física e psíquica.

Com base nesse estudo, o tema “dano psíquico” obteve maior visibilidade, foram criadas comissões específicas para estudar e cuidar dos casos de assédio

moral e violência no trabalho, ocorreram seminários e debates sobre o tema no âmbito municipal, estadual e nacional e houve a incorporação pelo Conselho Regional de Psicologia do dano psíquico como parte das questões prioritárias a serem cuidadas pelos psicólogos.

Revista CEERT 15 Anos – A seu ver, quais as medidas mais urgentes para o acolhimento dos problemas específicos de saúde da população negra brasileira?

Edna Muniz: É necessário considerarmos os constrangimentos racistas, sexistas e classistas que se impõem a cada trabalhadora ou trabalhador, principalmente às trabalhadoras negras e pobres. Para a superação das condições de humilhação e desigualdades, é preciso lutar, exigindo respeito, dignidade, integridade e justiça nas relações cotidianas, nos espaços macro e microsociais.

Para tal, a articulação institucional, a publicação de relatos das experiências bem sucedidas na implementação do quesito cor, a preparação de cursos de capacitação e formação de técnicos das instituições públicas e privadas para trabalhar com a saúde mental da população negra são fundamentais para a promoção real da igualdade racial e garantia dos direitos sociais.

PROGRAMA DE TRABALHO E DIVERSIDADE



CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES
DE TRABALHO E DESIGUALDADES

O nascimento do CEERT vincula-se estreitamente ao combate à discriminação racial no mercado de trabalho, tida pelo movimento negro como uma das facetas mais cruéis do racismo à brasileira, dado seu impacto sobre outras dimensões da vida do negro. As ações do CEERT nesse território sempre foram desenvolvidas considerando-se o tripé: movimento sindical, empresariado e poder público.

NOSSA PRESENÇA NO TRABALHO

O trabalho no movimento sindical

A denúncia do descumprimento da Convenção 111 da OIT, elaborada pelo CEERT e apresentada pelo Sindicato dos Bancários de Florianópolis, pela CUT com apoio das outras sindicais é um divisor de águas importante dessa história. A pressão exercida pela OIT sobre o país não foi suficiente para impulsionar uma ação efetiva, e as respostas das instituições têm sido episódicas, descontínuas e setorizadas.

Na área do trabalho, desde meados da década de 80, cresce significativamente a produção de dados e estatísticas confirmando a condição racial das pessoas como elemento diferencial de direitos em termos de discriminação salarial, segmentação racial no trabalho, maiores taxas de desemprego, imobilidade ocupacional e outros. Esses dados não apenas conferiram maior legitimidade às denúncias feitas pelo movimento negro desde a década de 60, como também estimularam o surgimento de questionamentos

e debates no âmbito do movimento sindical, bem como o aparecimento de inúmeras iniciativas institucionais.

Uma etapa importante desse processo ocorreu em 1986, a partir de uma iniciativa do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo, quando foi realizado o "1º Encontro Estadual de Sindicalistas Negros" que significou um acontecimento importante na articulação de negros sindicalistas.

Posteriormente, a partir de 1990, no interior dos sindicatos e das centrais intensificou-se o surgimento de órgãos com o objetivo de abordar especificamente a problemática das relações raciais. O programa de formação sobre relações raciais do CEERT participou ativamente desse processo e auxiliou a deflagrar uma dinâmica que envolveu a realização de palestras, a publicação de artigos e matérias nos órgãos informativos sindicais, a elaboração, a articulação e a aprovação de "teses anti-racistas" em congressos das categorias, o desenho e o debate das cláusulas de promoção da igualdade racial.

A partir de 1994 começou a ocorrer a intervenção conjunta dos sindicalistas anti-racismo das principais centrais. Três ações conjuntas são bastante ilustrativas da importância dessa experiência:

- 1) As Conferências Internacionais, em 1994, Salvador/BA, e em 1995, em Washington/DC;
- 2) A criação do INSPIR. Em 20 de novembro de 1995, as três centrais sindicais do Brasil – CUT, CGT e Força Sindical – juntaram-se para fundar o Instituto Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR), com o apoio da central AFL-CIO, dos Estados Unidos, e da Organização Interamericana dos Trabalhadores (OIT), sediada em Caracas – Venezuela. O projeto do INSPIR destacou a produção de um guia para sindicatos sobre como negociar e defender determinadas cláusulas nos acordos entre empregados e empregadores e como fiscalizar o comportamento discriminatório no dia-a-dia;
- 3) A Campanha Nacional Conjunta pela Implementação da Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho – OIT deflagrada em todo o país.

Políticas de diversidade em empresas

Nesse território, o CEERT orientou sua ação a partir do pressuposto de que não é suficiente que as empresas proclamem suas intenções de não discriminar. É necessário criar procedimentos e normas administrativas para prevenir a ocorrência da discriminação e promover ações que busquem corrigir as desigualdades cotidianas de oportunidade e tratamento no trabalho. Justamente nas mãos e/ou chefas. Há 20 anos temos poucas alterações no quadro de desigualdades entre negros e brancos. As diferenças salariais bem como diferenças em lugares ocupacionais são dramáticas. O crescente e sistemático aumento do desemprego e o seu impacto diferenciado, na situação de mulheres e negros com certeza, um problema a ser agendado por todas as forças envolvidas no mercado de trabalho, particularmente pelas empresas. Assim, a implementação de políticas voltadas para a diversidade torna-se fundamental.

Dentre as atividades deste programa destacamos uma série de seminários com o tema "Diversidade e Igualdade de Tratamento e Oportunidade no Trabalho" com representantes de várias organizações dentre elas o CRP/SP - Conselho Regional de Psicologia, o Sindicato dos Psicólogos de APARH (Associação Paulista de Administração e de Recursos Humanos).

Nossas publicações na área

Folders



LIVROS



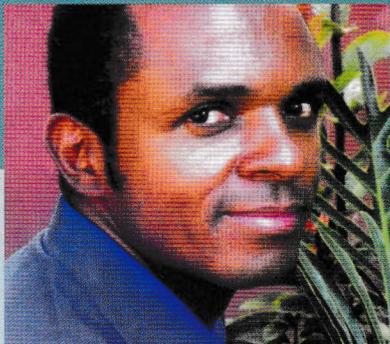
NOSSA TRAJETÓRIA NO TRABALHO

1992 – 1994

- Lançamento da campanha pela implementação da Convenção 111 da OIT;
- Vídeo *Seminário desafia Racismo*;
- Vídeo *Organização por local de trabalho e discriminação racial*, em parceria com TV dos Trabalhadores e Secretaria Nacional de Formação da CUT;
- Cartilha sobre a Convenção 111;
- Apostila *Por uma política sindical anti-racista*;
- Monografia *Raça e trabalho no Brasil*, apresentada durante a 1ª Conferência Nacional do Trabalho realizada em Brasília, em março de 1994;
- Apostila *Racismo no Brasil: a distância entre fatos e discursos*;
- Dezenas de cartazes, panfletos e folders de divulgação de encontros, seminários e cursos.

1994

- Organização e realização da 1ª Conferência Sindical Interamericana pela Igualdade Racial, que reuniu dirigentes da Central Única dos Trabalhadores, da Força Sindical, da Confederação Geral dos Trabalhadores e da central norte-americana AFL-CIO e representantes da sul-africana COSATU;
- Acompanhamento da Comissão Nacional e das Comissões Estaduais anti-racista das centrais sindicais sobre o tratamento dado a temática.



A fala dos parceiros do CEERT

Maurício Pestana

Publicitário e cartunista, com trabalhos publicados no Brasil e no exterior

Minha relação com o CEERT é quase a de um “parteiro”, alguém que vê e participa do nascimento de uma criança. Mais do que isso, tenho acompanhado o crescimento e por vezes colaborado ativamente para o desenvolvimento e a atuação desse hoje debutante.

A grande admiração pelo CEERT resulta da excelência com que sua equipe tem em conduzir a questão racial. Todos os projetos são desenvolvidos com seriedade e competência, nos âmbitos político, educacional, institucional e administrativo.

Felicidades e muitos anos de vida.



1996

- Participação na fundação e assessoria ao INSPIR - Instituto Interamericano Sindical pela Igualdade Racial;
- Consultoria ao GTM - Grupo de Trabalho

1997-2000

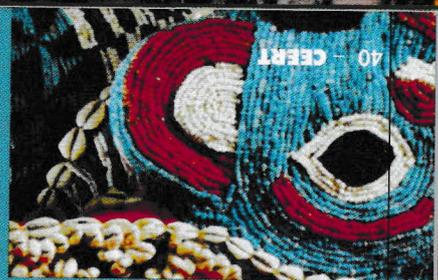
- Debate sobre a implementação de políticas de ação afirmativa, junto ao movimento de mulheres sindicais, dentro do projeto "Mulheres no Mundo do Trabalho em busca da Igualdade", realizado por um grupo de ONGs e Fundações;

2001

- O CEERT foi responsável pelo monitoramento do tema "Discriminação de Raça", especialmente com relação à Convenção 111, da OIT no Observatório Social das Empresas.

2001-2005

- Desenvolvimento do Projeto "Fortalecimento da Temática Raça (C111) no Observatório Social", em parceria com o Centro de Solidariedade da AFL-CIO;
- Capacitação de técnicos do Observatório na temática racial;
- Criação e alimentação de um Banco de Informações sobre Raça, Trabalho e Movimento Sindical;
- Produção e revisão de um Termo de Referência sobre a Convenção 111 (Raça);
- Apresentação e validação do Termo de Referência para toda a equipe técnica do Observatório;



“ Há 20 anos temos pouca alteração no quadro de desigualdades entre negros e brancos. As diferenças salariais bem como diferenças de lugares ocupacionais são dramáticas. ”

- Realização do "Encontro Tripartite sobre Implementação de Políticas voltadas à Diversidade", envolvendo dirigentes sindicais, ONGs e governo para o debate sobre programa mas empresariais de promoção da igualdade de raça e gênero.



- Pesquisa sobre a representação de negros e mulheres no imaginário de profissionais de recursos humanos e chefes intermediárias.

- Participação na criação de comissões sindicais anti-racistas;
- Participação na inclusão de teses anti-racistas nos documentos elaborados para os congressos de categorias profissionais e das Centrais de Trabalhadores; Introdução da temática diversidade no Congresso Nacional de Recursos Humanos;
- Mediação de mesa de discussão sobre Diversidade realizada na 2ª Conferência de Responsabilidade Social Empresarial nas Américas;
- Participação na criação de uma comissão sobre diversidade no Conselho Regional de Psicologia (CRP) que realizou debates mensais sobre o tema;
- Participação nos debates sobre diversidade nas empresas brasileiras, suas africanas e norte-americanas, com 15 profissionais, a maioria gestores de pessoas;
- Implementação e monitoramento de políticas de diversidade em empresas que garantam oportunidades iguais.



PROGRAMA DA JUVENTUDE



CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES
DE TRABALHO E DESIGUALDADES



O grupo de jovens do CEERT objetiva discutir a organização da juventude nos espaços de participação, intensificar o diálogo com os países da América, em especial América Latina, do Caribe e da África. Além disso, atua para assegurar o debate da juventude negra como atores sociais e sujeitos de direitos, o que significa ter acesso a uma educação de qualidade, uma vida saudável, ao trabalho e, principalmente, à integridade física e à vida.

HISTÓRICO DA JUVENTUDE DO CEERT

Desde 2000, o CEERT vem buscando firmar a legitimidade de políticas gestadas de formas mais democráticas, sensíveis à diversidade dos jovens e ao seu direito de representação.

O histórico de luta do CEERT por políticas de/com/para a juventude negra brasileira data de 2001, com a participação no Encontro Nacional de Juventude Negra, que ocorreu concomitantemente aos processos de pré-conferências (estaduais e nacional) preparatórios para a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas em Durban – África do Sul. A participação da juventude no encontro visou discutir sua organização no processo da Conferência e intensificar o debate sobre a mobilização da juventude negra do Brasil.

Em 2003, a realização do Encontro Estadual de Entidades Negras de São Paulo

resultou na mobilização da juventude e posteriormente na criação da Rede Afro Jovem. Essa rede fortaleceu o debate da constituição de um grupo de juventude, que surgiu da indignação pela falta de representação jovem no evento. Esse evento culminou na indicação de uma jovem do CEERT como representante de juventude na Conen – Coletivo de Entidades Negras.

Ainda dentro dos espaços de participação, a representação no conselho editorial jovem da *Revista Viração*, a participação no Seminário de Articulação de Mulheres Negras e na Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial possibilitaram momentos de reflexão e de proposição de políticas na área da educação, da saúde e do trabalho direcionado à e pela juventude negra.

A realização das oficinas Ação Afirmativa na Educação nas Universidades Públicas e

Privadas e Ações Afirmativas para Juventude Negra no Mercado de Trabalho, no I Seminário "Desafios das Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial", em 2003 no SESC Vila Mariana, promovido pelo CEERT, marca as ações práticas do grupo. Destacou-se a importância de uma formação em relações raciais muito mais qualificada que garanta a continuidade das conquistas e a transmissão de conhecimento para outros jovens.

Em 2005, Ano da Promoção da Igualdade Racial e Ano Internacional de Esporte e Atividade Física, que ampliou o espaço das participações políticas da juventude, combina um quadro político que tem contribuído para a consolidação das estratégias de mobilização e organização da juventude negra.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

No contexto nacional, destacamos a participação, a articulação e a mobilização dos jovens do CEERT na Articulação Política das Juventudes Negras, que vem se constituindo como pólo coletivo de debate estadual e, mais recentemente ganhando dimensão nacional, de construção de propostas para o desenvolvimento de práticas de transformação. Esse movimento é formado por jovens e por representantes dos mais diversos grupos de juventude negra que objetivam, a partir do intercâmbio e da articulação, garantir os jovens como sujeitos políticos das ações. Outro espaço de participação dos jovens é a Anen – Associação Nacional de Estudantes Negros que tem como prioridade dis-

cutir os temas relacionados ao acesso, permanência e sucesso de estudantes negros no sistema oficial de ensino em todos os níveis.

Na área da Educação destaca-se a participação dos jovens do CEERT na Conferência Nacional de Educação e nos Diálogos com o Banco Mundial e o Terceiro Setor – Pró-jovem, que possibilitaram os debates sobre as principais problemáticas educacionais no Brasil. Na área da Saúde, o grupo que vem construindo as políticas de juventude no Sistema Único de Saúde a partir do convite do Ministério da Saúde e também da Rede pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos fazendo o recorte de raça nas políticas.

No âmbito nacional ainda, os jovens estiveram presentes: no Vozes Jovens, cujo objetivo principal foi pontuar as demandas específicas da juventude a partir das Metas Interministeriais e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O evento definiu as diretrizes para o Banco Mundial sobre as políticas de juventudes e indicou um plano de ação à Secretaria Nacional

de Juventude; nos Olhares da Mulher Negra sobre a Marcha Zumbi + que construiu a plataforma de ações das mulheres e possibilitou a construção juvenil sobre a Marcha; e na Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial que construiu o Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial com o olhar sobre a juventude negra.

No âmbito internacional, destacamos a participação no Encontro Latino-Americano e Caribenho de Lideranças Juvenis, organizado por um conjunto de parceiros — o Sistema ONU, Iniciativa de Mulheres para a Paz Mundial (GPIW), Governo Brasileiro (através da Secretaria Nacional de Juventude, Instituto Cidadania e Prefeitura de Belo Horizonte) que visou integrar os jovens do continente à mobilização pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Esse encontro fez parte de um processo de mobilização internacional, que contou com a realização de um encontro pan-africano e outro pan-asiático, culminará com um encontro mundial em agosto de 2006. Como resultado do evento tivemos a construção de uma declaração sobre as metas do milênio a partir da perspectiva juvenil e a indicação de uma jovem da instituição como a principal representante brasileira para assuntos de Juventude para Escritório de Esporte para o Desenvolvimento e a Paz da ONU ■

A fala dos parceiros do CEERT

Laura Oltramare

Superintendente de Educação e Desenvolvimento Sustentável
ABN AMRO Real

Nós, do Banco Real, temos o orgulho de compartilhar com o CEERT a crença de que o desenvolvimento de nosso país depende do desenvolvimento de todos os cidadãos, independente de sua etnia, credo, gênero, etc. Nossa parceria, iniciada em 2001, tem nos possibilitado importantes aprendizados sobre a questão racial, o que alimenta nossas ações internas para a valorização da diversidade e outras iniciativas sociais que desenvolvemos ou apoiamos. Cada educador que inscreve sua experiência no Prêmio Educar para a Igualdade Racial reforça nossa esperança de que é possível contruirmos uma sociedade melhor para todos.



“ O CEERT vem buscando firmar a legitimidade de políticas gestadas de formas mais democráticas, sensíveis à diversidade dos jovens e ao seu direito de representação. ”

proposições são levadas aos demais atores políticos locais, que podem tornar-se aliados nesses empreendimentos.

A organização de um ou mais grupos de trabalho (GT), compostos por representantes desses segmentos, é essencial para conduzir e assessorar a definição e implementação dos projetos. Em consonância com princípios – como *singularidade, participação e inclusão* de grupos marginalizados ou excluídos, adotados como estruturantes da ação –, os GTs realizam as interfaces, abrindo canais de comunicação entre forças políticas, órgãos executores e programas setoriais afins.

A formação é estratégia central, detonadora principal do que pode e vai acontecer. As abordagens metodológicas investigativas aplicam-se especificamente na formação e na análise de práticas. É por meio dela que o CEERT desenvolve informação, sensibilização e articulação.

A metodologia de trabalho no que diz respeito aos processos de formação é inspirada naquela utilizada pelos movimentos sociais nas últimas décadas e apresenta uma estreita relação com as propostas de educação popular inspiradas em Paulo Freire. Contrariamente à metodologia dita tradicional, que pouco utiliza métodos que provocam reflexão e que reforça a visão de que os indivíduos devem adaptar-se a determinadas situações que, em geral, reafirmam-se pela dominação e hierarquização do poder e do saber, a metodologia em que o CEERT se baseia utiliza-se de outros enfoques, que questionam a sociedade tal como está estruturada, permitindo o desenvolvimento de uma visão crítica dos sujeitos, contribuindo para a alteração da realidade em que estão envolvidos.

Durante o desenvolvimento dos processos formativos, o CEERT oferece aos

participantes imagens de livros, vídeos, trechos de depoimentos de brancos e negros sobre relações raciais no cotidiano; tudo o que possa ajudá-los a obter uma compreensão das causas políticas, econômicas, sociais do racismo. Por outro lado, enfatiza também a realidade subjetiva que garante sustentação e perpetuação dessa forma de opressão. Dessa forma, segundo Bento o trabalho é marcado por:

- uma visão do educador enquanto alguém que respeita, valoriza, incorpora e problematiza a experiência dos participantes;
- um processo de intervenção visto como facilitador do desenvolvimento da consciência crítica dos participantes e difusor de valores, tais como participação, democracia, igualdade e diferença;
- um processo que procura contemplar aspectos da realidade da Instituição e discutir os temas e conteúdos com seus membros;
- um encaminhamento que leva em consideração a vivência dos participantes e a forma como pensam as relações raciais no cotidiano. Desta forma o processo de formação cria condições para uma ação conjunta envolvendo os diferentes atores na mobilização da instituição.

Outra idéia central é a cooperação.

Exercitado no cotidiano das relações internas, e lapidado em múltiplas parcerias, seja com organizações governamentais, ou não governamentais, o conceito cooperativo formaliza o sentir, o pensar e o agir coletivos, como método e como pressuposto fundante da solidariedade, a ser aprendida e ensinada, nos espaços e tempos da prática formativa.

Em seus passos, a intervenção institucional delinea um movimento aglutinador de mediações e recursos ■

